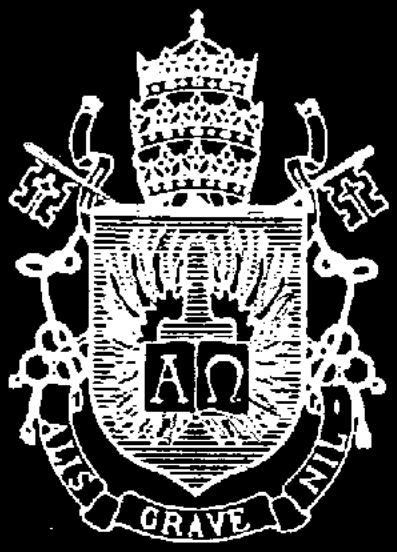

PUC

LETÍCIA FIORILLO BOGADO

A CASA DA PRINCESA: A GENEALOGIA DE UM INTERNATO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
DEZEMBRO DE 1986

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 – CEP 22453
RIO DE JANEIRO – BRASIL

N.Cham. 150 B674c TESE UC
Título A casa da princesa

Ex.2 PUCB
0029395

LETICIA FIORILLO BOGADO

A CASA DA PRINCESA: A GENEALOGIA DE UM INTERNATO

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora:

Esther Maria de Magalhães Arantes

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
RIO, DEZEMBRO DE 1986.

10 19353-9

150 29395
D674c
TESE UC

Às meninas da Casa,

como não poderia deixar de ser.

AGRADECIMENTOS

- A Marêda e Sinval, que me patrocinaram muito mais que financeiramente.
- A Maria Helena Pinheiro Nazareth, que me ajudou a encontrar a força necessária.
- A Esther Maria M. Arantes, que acreditou.
- A Elísio, Denise, Marina, Juracy, Sirley, Vera e todos os outros funcionários da FEEM que me permitiram conhecer a Casa.

RESUMO

Este estudo objetiva a apreensão, através de 2 vertentes, de um Internato para menores em situação dita "irregular"; aquela que situa historicamente os usos que foram feitos dos prédios onde o Internato se localiza; e a que apresenta o funcionamento do Internato, na época atual.

Para a realização de tal estudo pesquisamos a documentação histórica, entrevistamos ex-funcionários e funcionários do Internato, ou de outras instituições a ele ligadas, e, além disso, realizamos uma pesquisa de campo durante a qual visitamos 47 vezes "a Casa", no período entre 1985/1986.

A pesquisa revelou como funcionaram, nesses mesmos prédios que nomeamos "a Casa", antes de tornar-se o Internato atual, um hospital e em seguida um Preventório e, também, a articulação de variadas práticas (médicas, pedagógicas, etc.) correspondentes a diferentes poderes. No que concerne à abordagem do funcionamento atual do internato, pudemos retraçar como é constituido o "ser"da menor interna.

RÉSUMÉ

Cette étude a pour but l'aprehension, par deux sources d'un Internat pour mineurs en situation dite "irregulière": celle qui détermine historiquement l'usage, qui on a été fait, de les bâtiments où l'Internat est installé; et celle qui présente le fonctionemment de l'Internat aujourd'hui. Pour ce faire, nous avons recherché la documentation historique, nous avons interviewé l'ancien personel de l'établissement (ou d'autres organizations ayant rapport avec l'internat), ainsi que celui qui y travaille à present, et, d'ailleurs, nous avons fait une recherche sur place pendant laquel nous avons visité "la Maison" 47 fois, entre 1985 et 1986.

La recherche a révelé comment ont fonctionné dans ces memes immeubles qui nous avons nommé "a Casa" (la maison), avant de devenir l'internat de nos jours, un hôpital et, ensuite un Preventório,[1] et aussi l'articulation de plusieurs pratiques (médicaux, pédagogiques, etc) correspondants a differents pouvoirs. En ce qui concerne l'abordage de l'actuel fonctionnement de l'Internat, nous avons pu déceler comment est formé l'"être" de la mineur interne.

1 - Établissement où l'on donne des traitements préventifs aux enfants des gens portant des maladies contagieuses.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO ---------- 1

2. OS NOMES DA CASA: UMA HISTÓRIA ---------- 7

2.1 - Lazareto/Hospital Marítimo/Hospital ---------- 8
2.2 - Preventório ---------- 17
2.3 - Educandário ---------- 33

3. A CASA DAS MENINAS ---------- 51

3.1 - A internação ---------- 55
3.2 - O espaço ---------- 60

3.2.1 - Descrição do espaço ---------- 60
3.2.2 - O significado do espaço ---------- 65
3.3 - Educandas e Educadores ---------- 69

3.3.1 - As internas ---------- 70
3.3.2 - Os funcionários ---------- 75
3.3.3 - Internas e funcionários ---------- 80

3.4 - O tempo ---------- 88

3.4.1 - Acordar/Dormir ---------- 89
3.4.2 - Vestir-se/Fazer a Higiene/Cuidar-se ---- 90
3.4.3 - Alimentar-se ---------- 91
3.4.4 - Estudar/Profissionalizar-se/Trabalhar -- 93
3.4.5 - Adoecer/Tratar-se ---------- 100
3.4.6 - Descansar/Brincar/Comemorar ---------- 101
3.4.7 - Passear/Visitar/Saída de licença ------- 103

3.5 - As visitas da Casa ---------- 105

3.5.1 - A visitação ---------- 106
3.5.2 - Mães, funcionários e crianças ---------- 109

4. CONCLUSÃO ---------- 114

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ---------- 117

6. BIBLIOGRAFIA ---------- 122

1 - *INTRODUÇÃO*

Logo na primeira visita feita ao Internato objeto deste estudo, fomos informadas por uma funcicnária ao elogiarmos a vista que se descortinava das salas frontais do Prédio Central, que ali havia sido a "Casa de praia da Princesa Izabel". Esta afirmação nos foi repetida inúmeras vezes, em outras ocasiões por diferentes funcionários e internas.

Mas se ali "foi a casa da Princesa Izabel", hoje seria de outros, é o que nos diz outra funcionária, ao mostrar-nos as dependências da Instituição na visita seguinte. Era dia de faxina no 2º andar do Prédio Central, o chão havia sido encerado (com cera doada pelas funcionárias), os móveis e objetos estavam sendo limpos e arrumados em seus lugares, num trabalho conjunto de funcionárias e internas. Algumas das primeiras ao nos serem apresentadas, explicavam-se dizendo que a desarrumação se devia à faxina que ainda não terminara. As últimas sorridentes pareciam satisfeitas. Nossa guia nos explicou então que elas gostavam de ter o chão encerado, reclamando quando não havia material. "Afinal", finalizou, "para elas isso aqui é a casa delas". Esta afirmação também ouviríamos várias outras vezes durante nossas observações.

Portanto desde o início a Instituição, nos é apresentada sob determinada visão: tratava-se de uma casa, casa esta que fôra de alguém e agora era de outros. E o emprego constante da palavra "Casa" por parte de funcionários da Direção e da Equipe Técnica para referir-se ao Internato em sua totalidade física e humana, só fazia reforçar esta idéia.

O internato apresentado como Casa nos introduz a uma vivência singular do espaço. A casa, constitui em nossa sociedade um domínio social oposto a um outro domínio ou universo, o da rua. Matta discorrendo sobre a oposição casa/rua, que considera básica, aponta para a possibilidade da utilização desta oposição como instrumento de análise da sociedade brasileira.

> "De fato, a categoria *rua* indica basicamente o mundo, com seus imprevistos, acidentes, paixões, ao passo que *casa* remete a um universo controlado, onde as coisas, estão nos seus devidos lugares. ... E mais, na rua se trabalha, em casa descansa-se." (Matta, 1981: 70)

Porém trata-se não só de espaços diferentemente constituídos e utilizados, mas também de relações sociais que se constituem diferentemente, de grupos sociais diversos.

> "Na casa, temos associações regidas e formadas pelo parentesco e relações de sangue; na rua, as relações têm um caráter indelével de escolha, ou implicam essa possibilidade. Assim, em casa, as relações são regidas naturalmente pelas hierarquias do sexo e das idades, com os homens mais velhos tendo precedência, ao passo que na rua é preciso muitas vezes algum esforço para se localizar e descobrir essas hierarquias, fundadas que estão em outros eixos." (Matta, 1981: 70).

Na verdade, a relação entre a casa e a rua se dá de forma complexa, já que "enquanto categorias sociológicas implicam numa oposição e também gradações". Na "casa" há certas áreas que permitem uma certa comunicação com a rua, como seria o caso das janelas, das varandas, etc..

Esta complexidade, neste caso particular, torna-se maior ainda porque se o Internato surge como "casa" no discurso de alguns dos funcionários, já não é assim que aparece em alguns discursos oficiais. Nestes,ao contrário, parece enquadrar-se

mais como do "mundo da rua", já que nele se presta um atendimento de caráter pedagógico, mas também psicológico, médico e assistencial. Por exemplo, num folheto, elaborado pela Administração Central do Órgão Público de Assistência ao Menor ao qual o Internato se subordina, este é apresentado como "Unidade de Ensino do 1º grau", que "tem por objetivo propiciar a educação necessária ao desenvolvimento global do menor, através de atendimento integrado das áreas de saúde, serviço social e pedagógica" (FEEM, RJ).

E tal caracterização está consoante com a que é dada em geral, aos internatos pelo Código de Menores, quando estabelece em seu artigo 9 que a internação se dará em "centro especializado destinado à permanência de menores", que como especifica mais adiante em seu artigo 14 será um "estabelecimento educacional, ocupacional, psico-pedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado".[1]

Local de moradia de alguns e de trabalho de outros, o internato se constitui como um tipo especial de realidade social: nem "casa", nem "rua", mas o que Goffman convencionou chamar "instituição total". Pois nele estão abolidas as fronteiras existentes, nas sociedades modernas, entre as diferentes esferas da vida do indivíduo, ou seja, entre "o dormir", "o brincar" e o "trabalhar", que normalmente costumam ser desempenhados "em diferentes locais, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral". (Goffman, 1974: 17).

---

[1] O Código utiliza o termo "casa" em relação a outras medidas de proteção e assistência ao menor, como a "colocação em casa de semi-liberdade". (Lei nº 6697 de 10/10/79 - Artigo 14).

Ao procurarmos compreender como, historicamente, surgiu a "Casa", encontramo-la, no passado, não como "Casa da Princesa" mas lazareto e mais tarde hospital marítimo.

Assim descobrimos que ali, onde hoje funciona o Internato, em 1851 foi instalado um lazareto, depois transformado em hospital marítimo e bem mais tarde, no final do século em hospital de isolamento. Já neste século, deixou de ser hospital passando a funcionar como preventório, e só após 1968 foi transformado em internato, subordinado a extinta FLUBEM (Fundação Fluminense de Bem-Estar do Menor), atualmente FEEM (Fundação Estadual de Educação do Menor).

A análise desta trajetória — que carrega no seu bojo a história da implantação no Brasil do poder médico-assistencial-técnico, ligado ao controle da população e dos indivíduos é objeto do 2º capítulo.

Em seguida a esta abordagem histórica, descrevemos a realidade atual da Casa, tentando articular, na medida do possível, a heterogeneidade de práticas disciplinares, que se dão em seu interior, determinando o "ser" da interna.

Cabe fazer, ainda, nesta introdução alguns comentários de natureza metodológica.

Para este estudo realizamos primeiramente uma série de visitas ao Internato, nas quais através da observação e de entrevistas (não-estruturadas) com funcionários e internas, buscamos coletar dados sobre a dinâmica do Internato e sobre sua história, que foram reunidos em um Diário de Campo. No período de maio a dezembro de 1985, realizamos 40 visitas, nas quais cole-

tamos a maior parte do material utilizado, e de março a maio de 1986 realizamos outras 7 visitas para complementar a coleta de dados. A esta etapa, compreendendo 47 visitas no total, chamamos pesquisa de campo. Numa segunda etapa, visando obter dados históricos, realizamos pesquisa de arquivo, onde inventariamos a documentação do Hospital Marítimo de Santa Izabel, e as leis e decretos referentes à Casa em seus diversos estágios. Também, realizamos nesta etapa, entrevistas com ex-funcionários da Casa ou de outros órgãos públicos ligados a ela.

Gostaríamos, ainda, de ressaltar aspectos relacionados com as duas etapas da pesquisa. Primeiramente, quanto à dificuldade que tivemos em conseguir acesso à Instituição. Para tal necessitamos ser formalmente apresentadas por ofício fornecido pela Sede da FEEM. O processo de obtenção deste documento foi lento, e entremeado por uma série de formalidades burocráticas.

Durante a pesquisa de campo, embora recebidas de modo afável pelas funcionárias da Casa, nem sempre encontrávamos as informações necessárias. Alguns de nossos pedidos não eram atendidos ou só parcialmente, embora as recusas nem sempre fossem feitas de maneira direta.

Estas dificuldades contribuíram para que formássemos uma imagem da Instituição como uma realidade complexa, e de difícil apreensão.

Um outro aspecto evidenciado pela pesquisa histórica refere-se à importância de ter sido a "Casa" um hospital marítimo. Enquanto tal, foi uma das peças que corporificavam a ação da Junta Central de Higiene Pública, órgão capital na articulação do Po-

der Médico no panorama nacional — fato que parece ter escapado a autores que abordaram esta questão como Machado (Machado, - 1978) e Rezende (Rezende, 1986).

A parte documental da pesquisa foi realizada em fontes primárias (relatórios e documentos diversos do Hospital Marítimo Santa Izabel) para o levantamento da história da Instituição; e em livros e artigos de periódicos, citados no texto e referenciados no final do trabalho. Na falta de guias bibliográficos nacionais atualizados, valemo-nos da literatura obtida de forma aleatória (catálogos da: Bt. Nacional, Bt. Estadual, Bibliotecas Setoriais de Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense; Bt. da PUC e indicação de livreiros). Utilizamos também as citações de indicações de literatura obtidas nas obras consultadas.

O levantamento bibliográfico realizado nas obras de referência especializada (Social Work Research & Abstrasts e Psichological Abstracts) com a finalidade de observar a incidência do assunto (internação do menor carente) na literatura periódica internacional conduziu a resultados irrelevantes.

2 - *OS NOMES DA CASA: UMA HISTÓRIA*

Quando buscamos uma compreensão das articulações da Instituição com o campo assistencial, ou seja a sua inserção histórica e social no quadro da assistência ao menor brasileiro, deparamo-nos logo de início com a primeira versão ouvida sobre sua origem já citada neste trabalho.

Tratar-se-ia, então, de um conjunto de prédios que teria sido uma casa de praia da Princesa Isabel, recebida como presente aos seus 15 anos, e que muito depois tornou-se um Internato. Esta versão surge como uma espécie de "mito de origem" e parece ser partilhada por todos da Instituição. Nesta qualidade investe-se, possivelmente, de diferentes significações fornecendo inclusive uma "história" ao Internato, através da qual os participantes da vida institucional encontram uma identidade para aquele.[1]

No entanto, o levantamento de documentos ligados à Casa nos leva a uma "história" bem diferente, em que esta aparece como ligada de forma definitiva a fatos alheios ao mito da residência de verão da Princesa Imperial, como tentaremos demonstrar a seguir.

---

[1] Esta visão do significado da História, está de acordo com Augras para quem a "historia, ilustração do tempo manejado pelo grupo social, objetiva asseverar a identidade do grupo e garantir a sua existência". (Augras, 1981: 29).

2.1 - Lazareto/Hospital Marítimo/Hospital

As primeiras referências documentais ao local onde funciona o Internato datam de 1851, ano seguinte à eclosão da primeira grande epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro. Nesta época como resultado da luta empreendida pelos médicos da primeira metade do século XIX afirma-se um "novo tipo de presença da medicina na sociedade (...) a medicina social." (Machado, 1978: 214).

Os médicos e as entidades que os representavam na luta para afirmar a medicina como "medicina política", têm na ocasião o ensejo de "demonstrarem a eficácia das medidas pelas quais a

> medicina social sempre lutou ou pelo menos de encenarem todo seu dispositivo de esquadrinhamento e disciplina do espaço urbano." (Machado, 1978: 244)

A epidemia de 1850 acarretou diretamente a criação da Junta de Higiene Pública, mais tarde Junta Central de Higiene Pública, sendo a ela incorporados a Inspeção de Saúde do Porto do Rio de Janeiro[2] e o Instituto Vacínico. (Sardinha, 1916: 9).

> "Os meios necessarios para a policia sanitaria dos portos e as providências para os casos extraordinários eram apresentados à Junta Central ou à Commissões, que deliberavam a respeito de sua conveniência, sendo que estas levavam à Junta Central suas decisões, conformando-se com as instruções da

---

[1] Em decreto de 1829 é criada a Comissão Especial denominada Inspeção de Saúde Pública do Porto do Rio de Janeiro.
Em decreto de 1843 o Governo atendendo a reclamação da Imperial Academia de Medicina estabelece no Regulamento policial das quarentenas e inspeções de saúde dos portos do Império ficando esses inteiramente livres da tutela e interferência até então exercidas pelas câmaras municipais, "passando o pessoal a ser de nomeação privativa do Ministério do Império". O cargo de provedor até então exercido por um vereador, passa a ser desempenhado por médico ou cirurgião. (Sardinha, 1916: 7).

das por ella.

> A Junta Central devia tomar em particular consideração as questões relativas à quarentenas e lazaretos, propor ao Governo as alterações que julgasse conveniente ao Decreto de 29 de janeiro de 1843, indicando em geral o preciso para o bom desempenho do serviço, continuando as visitas às embarcações a ser feitas sem alterações." (Sardinha, 1916: 9-10).

A Junta, fruto da epidemia de Febre Amarela, estabelece uma série de normas e regulamentos que deveriam ser seguidas para que a febre não tomasse de assalto a cidade. Através de sua ação os indivíduos e o próprio espaço passam a ser submetidos às normas de higiene, ficando afastada a desordem trazida pela doença. Trata-se da implementação de uma estratégia de disciplinarização da sociedade brasileira da época, através da articulação da medicina com a Política, ou seja, da Medicina e o Estado.[3] Tal articulação parece ficar mais evidente se observarmos que o Presidente da Junta, além de médico higienista, Membro da Academia Imperial de Medicina, foi Deputado Geral em diversas legislaturas além de médico particular do Imperador e professor de Física de suas filhas.

A história da Casa está estreitamente ligada ao aparecimento da Junta, como veremos a seguir.

Tornando-se necessário a ampliação do número de leitos do Lazareto Provisório da Ponta do Cajú[4], a junta determinou como

---

[3] De acordo com Foucault a disciplina é o correlato médico e político da peste. O projeto de disciplinarização, como medida de controle da peste, portanto, será além de médico, político. (Foucault, 1977: 175).

[4] O Lazareto Provisório referenciado nos documentos como localizado na Ilha do Cajú, fica na realidade na Ponta do Cajú, península existente na enseada de Jurujuba, havendo até hoje ruínas da antiga construção.

medida de emergência o aluguel de um outro prédio em suas imediações.

> "Assim munido da competente autorização, Paula Candido, conseguio alugar a grande casa e terras pertencentes aos herdeiros do fallecido Jacintho Ignacio de Albuquerque, no lugar denominado Areia Grossa, cerca de oitocentos metros distante do primitivo lazareto provisório." (Sardinha, 1916: 20)

Sardinha assim descreve a casa então existente, e as adaptações nela realizadas para a instalação do Lazareto.

> "O edifício em frente ao mar, situado em peqqana elevação que vai progressivamente augmentando até encontrar as montanhas, cobertas de matas cerradas, protegido contra os vento sul e sudoeste, isolado de habitações ao redor, dispondo de dous pavimentos com accommodações regulares para receber 60 a 80 doentes, soffreu as modificações precisas para o fim a que se destinava.
>
> Com a installação do novo lazareto neste lugar ficaram demarcados os alicerces em que ergueram pouco tempo depois o Hospital Marítimo de Santa Izabel". (Sardinha, 1916: 20).

Após dois anos de funcionamento como Lazareto de Jurujuba, o imóvel passa a servir como Hospital Marítimo, criado por decreto Imperial, onde ficava estabelecido que:

> "... onde serão tratados com humanidade os marinheiros e mais pessoas de bordo das embarcações que, chegando a este porto se acharem, ou forem affectados de moléstias contagiosas ou suspeitas." (Dec. nº 1.103 de 3/1/1853).

O Hospital Marítimo de Santa Izabel, desse modo denominado, segundo Sardinha, "para ficar sob a proteção da Princesa Izabel", funcionou na antiga casa adaptada e em outro prédio especialmente construído para este fim. (Sardinha, 1916: 21).

Em 1856 o Governo Imperial adquiriu pela quantia de dezes

sete contos e oitocentos mil rêis o edifício e as terras do antigo espólio e em comemoração ao 10º aniversário da Princesa Imperial foram gravadas em duas placas de mármore ainda hoje afixadas nas laterais do portão de entrada, atualmente desativado[5], as seguintes palavras:

> "29 de julho de 1856. Anniversario da serenissima Princeza Imperial a senhora D. Izabel.
>
> Sendo Ministro do Império o Exmo. Sr. Conso. Luis Pedreira do Coutto Ferraz. A Comissão Sanitaria."

Designado no artigo 3, do decreto pelo qual foi criado, como Pio estabelecimento, o Hospital desde o seu início aparece inserido "no projeto de medicalização das instituições" (Machado , 1978: 279) que a Medicina empreende no Brasil a partir da segunda metade do sec. XIX. Assim, mesmo referindo-se aos "preceitos de caridade tão conformes aos desejos do Governo Imperial", Dr. Paula Candido, que na qualidade de Presidente da Junta Central de Higiene, também participava da Comissão incumbida da administração do Hospital,presidindo-a, alerta o Ministro (Conselheiro Luiz Pedreria do Couto Ferraz) quanto à necessidade de se aplicarem "os conhecimentos especiais" necessários à erradicação das febres, E queixando-se daqueles que sem estes conhecimentos tentam intervir nas medidas e ações da Comissão, diz:

> "Os meios empregados com toda a dedicação pela Comissão Sanitaria do Porto e os quaes se deve nelle e na Cidade, o desapparecimento da Febre Amarella, consistião especialmente em remover se quanto antes de bordo, e mesmo do interior da Cidade, os ca

[5] Este portão se comunicava através de uma escada, ao nível da praia, e a uma ponte de atracação que avançava pela areia até o mar, servindo de atracadouro para barcos.

> zos ainda meramente suspeitos. Não é estranho à perspicacia de VExa que removidos os excitadores, e os elementos das epidemias, estas não poderão lavrar, e que assim procedendo melhor se attenderia aos preceitos de caridade, tão conformes aos dezejos do Governo Imperial.
>
> Forçozo é dizer a VExa. que, ou seja em consequencia de interesses chocados e de interessadas insinuações que desgraçadamente até na Camara dos Deputados acharão amortecido eco, ou seja por ignorancia dos phenomenos e das leis que regulam as epidemias; escasseou-se o prompto socôrro aos affectados e o hoje inegavelmente efficaz processo de desinfecção em pratica pela Commissão Sanitaria, não se pôde empregar." (Ministério do Império. Hospital de Jurujuba, 1857).

O Hospital fica localizado fora do espaço urbano, com o fim de evitar o contágio da população pela doença. A propósito desta localização ocorreram inúmeros embates entre os membros da Comissão, encarregada da instalação e administração do Hospital, que não eram médicos, e o Dr. Paula Candido, que em documento dirigido em 27/07/1857, ao Marquês de Olinda, assim descrevia suas discordâncias com a Comissão:

> "a sua maioria (que não he de Medicos) inclinava-se a escolha do Morro da Saúde, onde hum estabelecimento já em exercício se offerecia. Eu, porém, pelas razões expendidas em meos relatorios, não podia convir em que se estabelecesse hum Hospital dentro ou perto da Cidade, e muito menos influir para que se desse preferencia a hum local que por experiencia propria sabia ser a mais pestifera região do littoral." (Ministério do Imperio. Hospital de Jurujuba, 1957).

Bem abrigado dos ventos sul e sudoeste, considerados pouco saudáveis, e na diagonal do poente, para melhor receber os raios solares, os prédios do Hospital encontravam-se em excelente localização, de acordo com o pensamento médico da época.

Além disso, o prédio mais novo do Hospital, construído pa

ra este fim específico, é descrito como tendo "vastas e arejadas enfermarias, podendo conter trezentos enfermos (...) preparado com os materiais indispensáveis para o bom desempenho de suas funcções." (Sardinha, 1916: 23).

A organização do seu espaço interno se dá dentro dos melhores preceitos médicos da época, de acordo com o Regulamento estabelecido. Ficam estabelecidas nele o número diário das visitas médicas às enfermarias, as responsabilidades, os tratamentos, os medicamentos, os horários. Também são estabelecidos os critérios de admissão ao hospital (em certas épocas apenas doentes de febre amarela, em outras, portadores de outras doenças como a cólera-morbo), o funcionamento do Serviço de Visita aos navios recém ancorados no porto da Corte[6], e a elaboração de estatísticas em que se apontam ao Presidente da Junta o número de doentes, de convalescentes e de óbitos, semanalmente.

Trata-se, portanto, de um espaço já totalmente codificado pelo saber médico, funcionando inclusive de modo a produzir conhecimento acerca da doença e de seus efeitos sobre os indivíduos.

Em suma, o Hospital Marítimo de Santa Izabel funcionou, desde seu início, como produto da conjugação de poderes políticos ao poder médico. Concebido como local de cura dos indivíduos e ao mesmo tempo como a instância que obstacula a desordem provocada na sociedade pela doença, aponta para uma medicina que

---

[6] A visita era feita por médico acompahado por enfermeiro intérprete no caso de navios estrangeiros. O vapor que os conduzia aos navios visitados, era o mesmo que trazia os enfermos daqueles para o Hospital Santa Izabel; se tratava do vapor Santa Izabel pertencente ao Hospital.

preocupa-se tanto com o indivíduo quanto com a população,[7] como pode ser verificado pela análise dos seus documentos, preservados no Arquivo Nacional. No documento já citado, de 27/07/857 Paula Candido sugere ao Marquês de Olinda:

> "Que todo o marinheiro de qualquer classe, de qualquer nacionalidade, e qualquer que seja a molestia de que for affectado, seja tratado no Hospital Maritimo (Ministério do Imperio. Hospital de Jurujuba, 1957).

Essa preocupação com os indivíduos, que também expressa em outros documentos, associa-se à preocupação com a população de modo geral, como pode ser verificado em documento enviado em 25/1/1857 pelo dito médico ao Marquez, apontando a necessidade da adoção de certas medidas para "sustar o progresso da Febre Amarella" e "resguardar a Cidade de novas invasões transportando-se para o Hospital Marítimo de Santa Izabel, doentes desembordo, assim como os marinheiros que, desembarcados doentes, tenham se alojado em 'pocilgas' a beira-mar." (Ministério do Império. Hospital de Jurujuba, 1857).

> Foucault nos diz que a primeira grande organização hospitalar da Europa ocorre essencialmente nos hospitais marítimos e militares (Foucault, 1984: 103). No nosso caso, o Hospital Marítimo surge como fruto e instrumento de uma estratégia de esquadrinhamento dos espaços e dos homens: produto disciplinar do novo poder médico-político.

Enquanto Hospital Marítimo, destinado aos "homens do mar",

---

[7] Já Foucault, no artigo em que fala sobre o nascimento do hospital, na realidade européia, nos mostra como a disciplinarização do espaço hospitalar, permite a formação de uma medicina que se preocupa tanto com o indivíduo quanto com a população. (Foucault, 1984: 111).

a Casa estava sujeita a períodos em que praticamente era desativada e outros em que recebia grandes quantidades de doentes, ao sabor do surgimento das febres. Durante a Guerra do Paraguai, atendeu aos aprendizes marinheiros acometidos de cólera-morbo . Já no final da monarquia (1889) foi projetado um novo edifício a ser construído ao lado dos prédios então existentes. Com o advento da República, foi desligado em 1894 da Inspetoria Geral de Saúde dos Portos,subordinando-se ao recém criado Instituto Sanitário Federal, na condição de Hospital de Isolamento, passando a "receber não só doentes do porto como do Distrito Federal, a juízo do Governo". (Sardinha, 1816: 24). Em 1897 passou à jurisdição da Diretoria Geral de Saúde Pública, e em 1898 teve seu nome trocado passando a chamar-se "Hospital Paula Candido" em homenagem àquele que foi seu idealizador.

O Hospital passou a receber além dos casos de febre amarela, outros como os de cólera-morbo, varíola, peste bubônica, e já neste século, de gripe espanhola e de tuberculose. Várias mudanças também foram feitas em seus prédios: ainda no século passado o prédio do Hospital teve reconstruído um dos seus 3 pavilhões, foi construído o segundo andar do pavilhão central (onde hoje funciona o Pavilhão 3), e ainda foi acrescentado ao edifício uma varanda. A velha casa onde funcionaram o Lazareto e o Hospital em seu início, foi demolida e em seu lugar construído um outro prédio de dois andares destinado ao alojamento dos médicos e serviços de administração.[8] Isto ocorreu durante

---

[1] É interessante notar-se que a localização dos serviços de administração mantém-se a mesma durante toda a história da Casa. Este prédio é o que chamamos Prédio Central.

o período em que o Dr.Oswaldo Cruz foi Diretor Geral de Saúde Pública (1903-1909).

Mais tarde o Hospital foi desativado, sendo transferidos os doentes para outros hospitais (Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Governo. Assistência Médico-Sanitária, 1955: 14).

Em 14 de julho de 1934 é decretado que "o Hospital Paula Candido passa a denominar-se Preventório Paula Cândido". (Decreto Nº 24.814 de 14/07/34, artigo 17).

Com a desativação do Hospital encerra-se a primeira fase de funcionamento da Casa, que durante 80 anos jamais serviu à Princeza. Ao contrário, o lugar onde hoje funciona o Internato, desde sua aquisição pelo Poder Público há cerca de 130 anos, tem sempre sido destinado a fins outros que os de moradia.

2.2 - Preventório

Criado por decreto o Preventório destinava-se a internação de filhos sadios de tuberculosos, visando isolá-los de possível contágio com a doença da qual os pais eram portadores. (Estado do Rio de Janeiro. Relatório do Secretário de Saúde e Assistência, 1954: 22).

Passou então, a subordinar-se à Diretoria de Assistência Hospitalar, que por sua vez integrava a Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social criada pelo decreto nº 24.438 de 21 de junho de 1934.

Em uma das paredes externas do Prédio Central ainda se encontra uma placa de metal onde está gravado:

> "Preventório Marítimo Paula Candido
> Inaugurado em 25 de setembro de 1935,
> sendo Diretor-Geral de Saúde e Assistência Dr. J. Barros Barreto. Diretor
> de Assistência Hospitalar o Dr. Castro
> Araujo. Diretor do Preventório Dr.
> Décio Parreiras."

Após 4 anos de funcionamento, o Decreto-Lei nº 1860 de

12 de dezembro de 1939 tranfere ao Estado do Rio de Janeiro, o Preventório, que passou a pertencer à Secretaria Estadual de Educação e Saúde, mais tarde Secretaria Estadual de Saúde e Assistência.

De acordo com o depoimento de Delminda Jardim Figueiredo, Assistente Social, formada na 2a. turma da Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro, foi criado por volta de 1946 um curso de emergência destinado a transmitir conhecimentos elementares de Serviço Social a pessoas oriundas de diversos municípios do Estado, com a finalidade de prepará-las para trabalharem na Legião Brasileira de Assistência.

Para alojar estas alunas foi cedida uma das alas do predio do Preventório, e a informante, na qualidade de aluna mais idosa do Curso de Serviço Social foi indicada para monitora deste grupo.

Em documento do século passado Noronha Torrezão, capitão de fragata e diretor do Hospital Marítimo, em relatório de 1º de julho de 1859, dirigido ao Ministro de Estado dos Negócios do Império refere-se a esta ala como o "lanço do sul" que estaria sendo terminado na ocasião. (Ministério do Império. Hospital de Jurujuba, 1859). Logo no começo deste século, ao se realizar a reforma na qual foi feito o acréscimo da varanda externa, esta ala recebeu o nome de Pavilhão Oswaldo Cruz, uma homenagem ao então Diretor de Saúde Pública. (Sardinha, 1916: 25).

Mais tarde, nos começos da década de 1950 foi ocupada pela Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, funcionando apenas como alojamento de alunas. Nos dias atuais esta ala

funciona como o Núcleo de Documentação Científica da Universidade Federal Fluminense e. foi de tal forma modificada externamente que dificilmente se poderia reconhecê-la como parte do conjunto de prédios.

A criação do Preventório marca o desaparecimento de uma instituição, o Hospital, e o surgimento de outra.

Nestes termos representa uma ruptura (ou deslocamento) na História da Casa que de certo modo pode ser examinada à luz das mudanças político-institucionais que ocorriam na época.

Primeiramente cumpre lembrar que ao deixar de ser o Hospital Marítimo do Porto do Rio de Janeiro, passando a ser mais um dos Hospitais de Isolamento que atendia a população da cidade e eventualmente de todo o Estado, o Hospital perdeu muito de sua importância.

Segundo fontes consultadas teria sido, mesmo, aberto e fechado várias vezes de acordo com a necessidade de leitos complementares aos existentes nos outros Hospitais de Isolamento do Distrito Federal, particularmente o de São Sebastião (Sardinha, 1916: 25).

Em segundo lugar a década de 30, caracterizou-se pela implantação em escala nacional de uma série de mudanças políticas econômicas e sociais que se refletiram nas instituições de saúde e educação (Kramer, 1984: 58).

A criação do Preventório, por decreto, onde o Governo Provisório estabelece o "Plano geral de organização dos Serviços de Saúde Pública e Assistência Médico-Social" (Dec. nº 24.814

de 14 de julho de 1934) a serem desempenhados e centralizados pela Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social exemplifica uma dessas mudanças.

O caráter centralizador desta Diretoria sobre as Instituições de atendimento médico e social a nível de administração federal, e mesmo seus poderes sobre as esferas estaduais, municipais e das iniciativas privadas[1] pode ser observado pela análise de suas atribuições, estabelecidas no dito decreto.

O surgimento do Preventório, instituição destinada ao atendimento de crianças, durante a década de 30, período que se caracteriza por grande autoritarismo político e acentuada centralização do poder de Estado, parece corroborar a hipótese levantada por Kramer, "de que a preocupação do Estado com a criança aumenta em períodos políticos autoritários" (Kramer, 1984: 117).

Com a instalação do Preventório, a Casa passa a abrigar uma clientela diversa. No Hospital atendia-se a indivíduos doentes, que traziam em si o perigo do contágio; já no Preventório, atende-se a crianças sadias em perigo de contágio tuberculoso. Do adulto perigoso, habitante da cidade desordenada à criança em perigo, produto da família pouco higiênica.

Como nos aponta Costa, o desaparecimento da família ex-

---

[1] No item II do art. 1 do Dec. n. 24.814 de 14/07/34 onde fica estabelecido seu papel como: "centro de coordenação de todas as providências da União e dos Estados, Municípios e das iniciativas privadas relativas à Saúde Pública, assistência a psychopatas, assistência hospitalar e demais modalidades de assistência médico-social."

tensa, patriarcal e o surgimento da família nuclear acompanha a transformação da casa antiga dos tempos coloniais em lar higiênico, elemento da cidade moderna. A família nuclear, vista como célula mater da sociedade, responde ao poder médico pela internalização das normas higiênicas, ou seja, através de sua própria normalização. Passa a reconhecer sua dependência da sociedade, mas também a exercer uma seleção entre quais influências provenientes daquela serão ou não absorvidos por ela, de acordo com os padrões postulados pela Higiene. (Costa, 1983: 140).

A instalação do Preventório pode ser vista talvez como uma das táticas componentes do projeto estratégico de normalização do social empreendido ao longo do século passado e começo do atual. Componente de um dispositivo de higienização das populações, dirige-se especificamente à "família perigosa", ou seja, àquela que escapa à norma não só do ponto de vista da saúde mas também do ponto de vista econômico-social, e mesmo moral. Porque o perigo está não só na doença, mas na impossibilidade em lidar com ela por seus próprios meios, evitando sua propagação, dentro de um padrão pré-estabelecido. A criança internada no Preventório não será filha de qualquer tuberculoso mas especificamente daquele que não tenha condições de prover seu sustento e de impedir a disseminação da doença, ou seja, será filha do tuberculoso pobre.

Isto parece ficar evidenciado pelo depoimento de Delminda Jardim Figueiredo, que durante os anos de 56 a 69, trabalhou como Assistente Social no Hospital Estadual Ari Parreiras, destinado ao tratamento de mulheres tuberculosas, tendo sido respon-

sável pelo encaminhamento de grande parte das crianças internadas no Preventório. Segundo ela, os doentes do Hospital eram "indigentes", ou seja não tinham direito à assistência médica previdenciária, nem recursos para pagarem o tratamento. Entre elas, provenientes em sua maioria do interior do Estado, havia muitos casos de miséria quase absoluta. Da mesma fonte obtivemos que algumas vagas do Preventório eram ocupadas não so por filhos de tuberculosos, mas também por crianças filhas de famílias desfavorecidas economicamente. Estas eram encaminhadas ao Preventório, por interferência de políticos junto à Secretaria Estadual de Saúde. Este fato é confirmado por Dr. Renato Martins da Silva Jr., médico e ex-diretor do Preventório. Mas de qualquer forma também estas crianças pertenciam a famílias carentes economicamente.

A leitura de Castel nos mostra que o crescimento da sociedade implica numa clivagem entre uma classe previlegiada e outra que deverá ser sujeitada, dominada, mantida em dependência. Esta clivagem, necessária ao funcionamento da sociedade industrial, não deve no entanto ser muito exacerbada, sob o risco de perda de controle sobre a classe dominada, o que levaria a um colapso da máquina social. Portanto, os estratos mais baixos, da classe dominada, devem receber ajuda de forma a sobreviver dentro do mínimo possível, sem chegar a se sublevarem jamais. E segundo o mesmo autor:

> "Os meios de sobrevivência lhes são *outorgados* numa relação personalizada de dependência, através da qual, a relação econômica entre riqueza e pobreza se transforma em relação humana entre benfeitor e assistido" (Castel, 1978: 125).

Desta forma o pobre reconhecido, sempre sobrevivendo com

os mínimos meios possíveis, acolherá de muito bom grado a doação que lhe é feita[1], não chegando a questionar o preço pago, que é o da sua submissão. A prestação de uma assistência sistemática aos miseráveis ou excluídos de toda espécie tem a finalidade, como ainda lembra Castel, ao abordar a questão da Assistência, de "preservar a ordem social ou ideológica mantendo ou restaurando a dependência daqueles à tal ordem." (Castel, 1978: 134).

Comprometida, nas palavras de Donzelot, com a "dominação, pacificação e integração social" das classes deserdadas ou perigosas, a filantropia nada tem de apolítica ou ingênua, colocando-se ao contrário "como uma estratégia deliberadamente despolitizante face à instauração dos equipamentos coletivos, ocupando uma posição nevrálgica equidistante da iniciativa privada e do Estado." (Donzelot, 1978: 55-56).

No movimento filantrópico podem ser localizadas duas correntes ou pólos: o *pólo assistenciál* em que o Estado é visto - "como *meio formal* de divulgar certo número de conselhos e preceitos de comportamento", ficando ao encargo da esfera privada a satisfação das demandas assistenciais e o *pólo médico-higienista* em que o Estado é o *meio material*, "instrumento direto na luta contra os perigos que acarretaria um "enfraquecimento físico e moral da população". (Donzelot, 1978: 56).

A primeira corrente pauta-se pela visão de um Estado liberal, que não interferiria profundamente com a autonomia social; na segunda, espera-se ao contrário uma intervenção decisiva da-

---

[1] Esta doação pode ser assistência médica, comida, roupas, moradia, etc. (Castel, 1978: 125-126).

quele, exercendo sua finalidade de preservação da sociedade (e das relações sociais subjacentes).

O Preventório parece justamente enquadrar-se nesse último caso já que é uma instituição social estatal onde exerce-se o controle de uma parte da população mais carente através de prestação de assistência médica e higiênica. Esta população constitui-se de famílias (e seus filhos) que necessitam de ajuda, de assistência, colocando-se sob a proteção e responsabilidade do Estado e,mais especificamente, dos técnicos de nível superior que articulam,no interior das instituições estatais como o Hospital Ari Parreiras e o Preventório Paula Cândido, suas práticas técnico-científicas.

De acordo com a já citada Assistente Social, era ela, por exemplo, a encarregada da internação das crianças filhas de tuberculosas que a procuravam narrando suas dificuldades ou receios em deixar os filhos em casa, muitas vezes sozinhos enquanto durasse sua própria internação no Hospital. Era a Assistente Social que determinava após o exame de situação sócio-familiar aqueles que seriam internados no Preventório, quais seriam enviados a outras instituições, quais seriam postos aos cuidados de uma outra família, provisória ou definitivamente.

Neste último caso,então, buscava-se a instância jurídica, na figura do Juiz de Menores, para transferir, de acordo com os cânones legais, a tutela da criança à família que a acolheu. Nos demais, todo o processo passava-se sem interveniência do Juizado ou do Juiz de Menores. Era um processo encaminhado pelos técnicos e burocratas dos diferentes órgãos da Secretaria

Estadual de Saúde, pelo qual os primeiros na qualidade de representantes das instituições assistenciais e médicas do Estado tomavam a si a responsabilidade sobre aquele(s) indivíduo(s). Tratava-se de um processo de tutelarização de certa camada populacional (os doentes pobres e seus filhos) através do exercício de práticas periciais.

Na França, por exemplo, Castel refere-se a processo semelhante:

> "Uma avaliação fundada na competência técnica vai impor, a certos grupos 'marginais', um *estatuto* que terá valor legal embora seja constituído a partir de critérios técnico-científicos e não de prescrições jurídicas inscritas em códigos. Um processo de corrosão do direito por um saber (ou por um pseudo-saber, mas essa não é a questão), a subversão progressiva do legalismo por atividades de perícia, constituem uma das grandes tendências que, desde o advento da sociedade burguesa, opera os processos de tomada de decisão que engajam o destino social do homem. Do contrato à tutelarização." (Castel, 1978: 19-20)

Na sociedade burguesa há uma separação entre os indivíduos regidos pelo estatuto do contrato e aqueles regidos pelo estatuto da tutela. Castel ao referir-se ao indivíduo pertencente à primeira categoria, diz:

> "Cada cidadão é sujeito e soberano, ou seja, é, ao mesmo tempo, assujeitado a cada um de seus deveres cuja não obediência é sancionada pelo aparelho de Estado e, sujeito que participa das atividades regidas pela lei e retira seus direitos dessas práticas, cuja realização define sua liberdade". (Castel, 1978: 35).

Já aqueles indivíduos que não cumprem seus deveres e/ou não são capazes de usufruírem de seus direitos, colocam-se sob o estatuto da tutela, que, de acordo com Castel, é diferente e complementar ao do contrato, sendo essencial para o funcionamen

UNIVERSIDADE CATÓLICA

to da sociedade burguesa. (Castel, 1978: 34-36).

A clientela do Preventório era formada por crianças cujas famílias escapavam à ordem econômica-social, e que se submetiam ao estatuto de tutelados ao lançar mão do atendimento médico-assistencial oferecido pelo Estado.

Segundo Donzelot "serão tuteláveis todas as famílias produtoras de demandas tais como internamento e ajudas financeiras" (Donzelot, 1980: 151). E mais, que estas famílias diferenciam-se daquelas que tenham uma autonomia financeira para "funcionarem como instância contratual" (Donzelot, 1983: 152), ou seja, entre outras coisas serem capazes de optar pelos tratamento a que se submeterão seus membros, se necessário.

Com a transformação da Casa em Preventório, e com a mudança da clietela para crianças provenientes de famílias que poderíamos chamar de tuteláveis, entram em cena ao lado dos médicos, outros profissionais.

Inicialmente, à parte dos cuidados médicos de que a criança era objeto (que incluía, segundo a Assistente Social entrevistada, a realização de uma série de exames para verificar-se o estado de saúde da criança no momento de sua entrada no Preventório[1]), ela recebia uma educação, que prescrevia uma série de procedimentos informais (era a vigilância e controle exercidos pelos funcionários do Preventório, chamados "Inspetores") e uma prática formal (especificamente, a Escola primária).

Funcionavam nas dependências da Casa séries do Curso Primário, ministradas por professores do Estado, que atendiam às

[1]Lembre-se que somente crianças sem tuberculose lá entravam. As crianças tuberculosas eram enviadas a Sanatórios infantis.

crianças internadas.

As crianças viviam na Casa, nela sendo educadas formal e informalmente, e recebendo a assistência médica necessária.Eventualmente, recebiam a visita de familiares nos domingos, dia reservado a isto oficialmente. No caso das crianças com mães internadas no Hospital Ari Parreiras, que ainda encontravam-se na fase contagiosa da doença, a visita era feita pela Assistente Social do Hospital. De fato uma das ocupações desta era acompanhar a criança internada no Preventório, informando-se acerca dos acontecimentos relativos a esta e transmitindo-os à mãe nos casos necessários.

Ao final da década de 50, segundo o Dr. Renato Martins Silva Filho, que na época era Diretor Substituto da Casa, nomeou-se uma Assistente Social para a Casa. As funções desta profissional incluíram a intermediação das relações entre famílias e crianças internadas, sendo que ao entrarem novas crianças no Preventório, essas eram encaminhadas (e a documentação pertinente que a acompanhavam) à Assistente Social que realizava o Estudo de Caso e as Visitas Domiciliares necessárias.

De acordo com o depoimento da Assistente Social Delminda J. Figueiredo , em seus contatos com o Preventório, testemunhou anteriormente à gestão de seu último Diretor, que algumas vezes as Inspetoras puniam e castigavam os internos de forma extremamente severa e mesmo violenta. Nestes casos, ela buscava o Diretor da Casa para interceder junto a ele em favor da criança, ou então tentava conversar com a funcionária para orientá-la quanto à inadequação de sua conduta.

Quando ao final da década de 50, Dr. Renato Martins Silva Filho foi nomeado Diretor do Preventório, um de seus primeiros atos foi a proibição de castigos corporais violentos ou de práticas como: a proibição de que as crianças conversassem durante as refeições; a formação de filas de crianças que de braços cruzados, ficavam em pé no patio, sob a fiscalização de um interno escolhido pela Inspetora, que lhes batia com uma varinha de madeira caso saíssem da fila, ou descruzassem os braços, enquanto aquela lia uma revista ou descansava; ou ainda, a exposição, daqueles que apresentavam enurese noturna, a exame público obrigando-os a se vestirem de baiana enquanto os demais lhes davam bolos.

Segundo este médico, enquanto pediatra, interessava-se por psicologia da infância e adolescência, tendo feito vários cursos e leituras a respeito, que procurava pôr em prática[1], por outro lado, gostava das crianças sob sua responsabilidade.

Outra mudança que realizou, imediatamente ao assumir o cargo, foi a extinção da Escola dentro do Preventório, matriculando com a ajuda da Assistente Social, todas as crianças em idade escolar na Escola Pública mais próxima da Casa. Esta mudança a que, tanto ele quanto Dona Delminda Figueiredo, referem-se com entusiasmo em seus depoimentos, visava facilitar uma integração dos internos à Comunidade e a diminuir seu isolamento da sociedade.

Dr. Renato conta com orgulho que estas medidas teriam ti-

---

[1] Quando algum interno(a) resolvia fazer "alguma cena de mã-criação", jogando-se no chão, por exemplo, e se debatendo, ele limitava-se a dizer a outros internos para somente assistir em roda à volta, o que seria sempre eficaz na interrupção da cena.

do efeitos positivos, sendo que nunca acontecera uma fuga de interno durante todos os anos em que foi Diretor (cerca de 10 anos) e que sentia que o sentimento de afeição entre ele e os internos era recíproco. E a convivência deles com sua esposa e filhos, que residiam numa parte do 2º andar do Prédio Central do Preventório, era tranqüila, sendo os internos os amigos de seus filhos.

Dentre as crianças da Casa, algumas eram desinternadas quando as mães tivessem alta, vindo então buscá-las. Outras eram encaminhados a outros familiares ou conhecidos da família, e alguns adolescentes, eram encaminhados ainda, a outras famílias onde exerciam trabalhos domésticos. Sendo o trabalho de localização das famílias, que não retornavam para desinternar os filhos, uma das principais atribuições da Assistente Social, de acordo com o Dr. Renato.

O Preventório funcionou até o final da década de 60, quando foi incorporado à FLUBEM (Fundação Fluminense do Bem-Estar do Menor). A sua existência e funcionamento por cerca de 35 anos marcou a comunidade adjacente, na medida em que a praia fronteira e o morro nos fundos e a favela nele existente atualmente, passaram a se chamar Preventório.

Na última década em que funcionou como Preventório, encontravam-se trabalhando na Casa, para prestar atendimento à sua clientela , além de seu Diretor, Médico Pediatra, um outro Médico Pediatra, uma Enfermeira, uma Auxiliar de Enfermagem, um Dentista, uma Assistente Social e os Inspetores (eram 3 por plan-

tão[1], uma para o Pavilhão das Meninas, outra para o Pavilhão dos Meninos e uma terceira para o Pavilhão de isolamento, onde se atendiam as crianças que adoecessem[2].

Se, como vimos, o Hospital testemunha a investidura de um novo poder pelos médicos, que enquanto agentes de uma prática curativa passam a interferir no espaço social, o Preventório surge como testemunha da expansão deste poder e da apreensão, pelos médicos, de todo o espaço social, onde se manifeste alterações da ordem, particularmente das famílias no seio das quais se verifique tais alterações.

Trata-se da afirmação definitiva de um modelo de Medicina Preventiva, no qual a preocupação central não seria a cura, mas o impedimento da instalação da doença através de um rastreamento e intervenção precoces. (Castel, 1978: 70-1). E é exatamente a necessidade de uma intervenção precoce que justificará a apreensão da família como alvo principal da ação preventiva, já que ela é a guardiã da criança.

No Preventório outros profissionais se encarregam, juntamente com os médicos, desta intervenção. Desta forma determinam quais as crianças a serem internadas e a que cuidados serão submetidas, seja quanto à educação ou à saúde. Passam também a intermediar as relações dessas crianças com suas famílias e mesmo

---

[1] Eram plantões de 24 horas por 48 horas, que eram cumpridos por cerca de 9 funcionários quase todos do sexo feminino e dois do do sexo masculino.

[2] Crianças com doenças infantis, ou outras, que necessitassem tratamento especial ou fossem contagiosas, incluindo-se também as infestações por parasitas de pele, como a escabiose.

o social.

A internação no Preventório, realizada em nome da saúde e da prevenção, oferece à criança uma assistência e educação , que passa desta forma da tutela da família para a dos técnicos-representantes da Instituição; nesta medida, a internação, enquanto processo, produz-se pela intervenção de práticas médicas, assistenciais e educativas, admitindo inclusive uma contraparti da jurídica, já que implica na tutelarização da criança.

Na época do Preventório, não havia grande variedade de profissionais trabalhando na Casa, atualmente se encontram vários outros; são os psicólogos, os psiquiatras, os educadores, etc. Mérignas nos aponta que estes técnicos, a partir da década de 70, são conhecidos como trabalhadores sociais. (Mérignas, - 1978: 657).

Os trabalhadores sociais, na sociedade atual, serão encarregados de "gerir contatos da população com a prisão; a psiquiatria, a escola, de fazer funcionar sucursais onde o judiciário, o médico e o educativo se reúnem em cartel, tentando assim melhor esconder suas carências e suas funções sócio-políticas". (Donzelot, 1972: 657). São eles que, nas palavras de Donzelot, desepenham o papel de uma "cunhagem das instituições".

A inserção destes profissionais se dará em uma diversidade de instituições que tenham como clientela as classes "menos favorecidas". O atendimento a essas camadas populacionais, visará, não obstante a variedade de contextos institucionais, atingir um alvo privilegiado: a infância. A preocupação com a infância, seja aquela que está em perigo, porque "não se beneficiou de todos os cuidados da criação e da educação almejadas", seja "a

infância perigosa, a da delinqüência", consistirá no cerne do trabalho social. Os trabalhadores sociais questionam de forma conseqüente "as antigas atitudes de repressão ou de caridade,

> na promoção de uma solicitude educativa sem fronteiras, visando mais a compreensão do que a sanção judiciária, substituindo a boa consciência da caridade pela busca de técnicas eficazes." (Donzelot , 1980: 92).

Situar a etapa em que a Casa funcionou como Preventório, permite-nos, entre outras coisas, localizar como se inserem, em seu interior, a criança e o técnico, trabalhador do campo social.

2.3 - EDUCANDÁRIO

Ao final da década de 60 o Preventório é transformado em Educandário, ao ser incorporado à recém-criada Fundação Fluminense de Bem-Estar do Menor (FLUBEM). A Casa como Educandário, continuou servindo à internação de crianças, mas de crianças caracterizadas diferentemente daquelas atendidas no Preventório. No Educandário articula-se a questão do menor e sua contraparti da legal, a Política Nacional de Bem-Estar do Menor e o Código de Menores.

Isto fica claro, já no decreto estadual nº 13.204 de 8 de março de 1968, que cria a FLUBEM, ao ser estabelecido como seu objetivo básico:

> "Art. 4º - É objetivo básico da FLUBEM cooperar para a *formulação e implantação da política nacional do Bem-Estar do Menor (*)*, coordenando, orientando e fiscalizando as entidades integrantes de seus planos de trabalho para a execução dessa política;
>
> Parágrafo Único - Na realização de seus objetivos a FLUBEM não só cuidará da observação e tratamento do *menor abandonado, desvalido e infrator (*)* mas também adotará medidas de higiene social, visando prevenir o abandono da criança e seu desajustamento social." (Decreto nº 13.204 de 8/3/68).

A FLUBEM, órgão mantenedor da Casa, executará e fiscalizará o atendimento a determinado tipo de criança caracterizada como "menor", responsabilizando-se pela implementação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor a nível estadual. Portanto para caracterizarmos esta nova etapa da história da Casa, abordaremos a seguir a constituição, no cenário nacional, desta persona

---

(*) Grifo nosso.

gem: o menor.

Em uma primeira abordagem o significado da categoria menor seria o que lhe é atribuído juridicamente: são menores todos os indivíduos com idade inferior a 18 anos. Mas esta definição etária cai, logo que se começa a aprofundar a compreensão da questão.

> "Nem toda criança ou jovem é menor. Menor é aquele que em decorrência da marginalidade social se encontra de acordo com o Código de Menores, em situação irregular." (Passetti, 1985: 37)

A questão do menor na realidade refere-se prioritariamente àquelas crianças, ou jovens menores de 18 anos, que pertençam às camadas pobres da população, àqueles indivíduos que escapam ao que é postulado como normalidade, como norma de vida, vivendo em situação dita irregular.

O Código de Menores vigente, instituído em 10 de outubro de 1979 pela Lei nº 6.697, o qual se "dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores" estabelece no seu artigo 2º que:

> "considera-se em situação irregular o menor:
>
> I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
>
> a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
>
> b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las.
>
> II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
>
> III - em perigo moral devido à:
>
> a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
>
> b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal."
(Lei nº 6697 de 10/10/79).

A irregularidade associa-se à ausência de condições sócio-econômicas-culturais, que garantam a subsistência dentro das regras dos bons costumes, e de padrões de conduta, que não infrijam às leis, ou sejam nocivos à vivência comunitária. O menor em situação irregular é aquele que se encontra em situação de marginalidade social, e que por tal situação pode vir a ameaçar ou ameaça de fato a tranqüilidade social, através de atos imputados como criminosos ou antissociais, ou mesmo pela sua presença, exposição contínua de uma ferida social. Trata-se daquela parcela da infância (e adolescência) que é vista como perigosa ou em perigo de vir a sê-lo.

No Brasil, como em outros países da América Latina, o processo de industrialização tem acarretado o inchamento das cidades e esvaziamento da população rural, levando ao crescimento de uma população destituída econômica e politicamente, a que Florestan Fernandes chama de miseráveis da terra (Florestam, 21 / 08/86). É a esta população que os assim ditos menores em situação irregular, pertencem, em sua maioria.

Habitante da periferia ou favelas das grandes cidades, esta população de desenraizados e destituídos desempenhará para sua sobrevivência uma série de práticas como a prestação de pequenos serviços (vigilância de automóveis estacionados nas ruas, venda de balas nos sinais luminosos, etc) e biscates (trabalho de faxina como diaristas, carreto de compras em feiras de

supermercados, etc.). Na verdade, deveria ser caracterizada como "periférica" ao sistema produtivo, na medida em que presta (ou eventualmente o faz) uma variedade de serviços às populações urbanas.

Considerada a partir de um ponto de vista que privilegie o econômico, esta parcela da população total pode ser vista como inserida na lógica do sistema produtivo, não sendo, de forma alguma, um fruto espúrio da ordem social. De fato, tem reservados, para si própria, seu lugar e papel no sistema econômico. (Queiroz, 1984: 48).

Ainda nesta linha de pensamento, tal população é encarada como necessária ao dito sistema, que em períodos de expansão, recruta nesta camada social, constituída por desempregados ou subempregados, a mão-de-obra necessária ao crescimento da produção. (Violante, 198 : 21).

Na perspectiva teórica acima, chama-se exército industrial de reserva a esta população que como Fisher nos lembra, desempenha usualmente "modalidades produtivas não caracteristicamente capitalistas", como as que já citamos, que "diminuem seu custo de reprodução", na medida em que garantem sua sobrevivência, mesmo em moldes mínimos (Fisher, 1980: 61). Ou seja, possuem uma funcionalidade do desempenho de formas de produção não-capitalistas (prestação de serviços, biscates, etc.) e capitalistas (inserção na produção, rebaixando com isso os salários dos trabalhadores regulares, em fases de expansão do sistema). (Fisher, 1980: 63).

Mas podemos enfocar a questão do menor a partir de um

outro ponto de vista que não o de sua inserção na economia, mas necessariamente a ela articulado, podemos encarar os menores como indivíduos que escapam à norma e, em conseqüência, são objetos de apreensão de um aparelho de controle e repressão.

Donzelot, ao abordar a questão do trabalho social e das instituições onde tais práticas se operam, aponta-nos como seu produto o conceito de "desvio"[1]:

> "Não se é mais simplesmente doente mental, criminoso, drogado, homossexual ou vagabundo, mas *desviante*. O primeiro efeito desta produção teórica é a de unificar os comportamentos que escapam à norma; esta sendo maior e mais fluida que a simples lei, se pode associar sob sua rubrica o conjunto dos grupos qualificados de marginais." (Donzelot, 1972: 657).

Especificamente, o menor em situação dita irregular, no País, está sob a mira de instituições que lhe retiram, assim como de suas famílias, o poder político, enfocando-o sob uma determinada perspectiva conceitual, pela qual pautam as suas ações. Além disso, ao ser apreendido como objeto destas instituições o menor será tratado e analisado de um modo totalmente individualizado. (Donzelot, 1972: 657).

Os menores testemunham em seus próprios corpos práticas que visam a sua disciplinarização, ou seja o seu enquadramento na norma. Paralelamente a estas práticas, se estabelecem uma série de discursos em que a "Menoridade" surge como problema nacional, a que se voltam tanto técnicos quanto políticos, juízes, etc.

---

[1] No original francês, déviance, que talvez fosse melhor traduzido como "desviância".

A preocupação com o Menor nos discursos oficiais, vem sempre acompanhada pela preocupação com as suas famílias de origem, que deveriam ser fortalecidas, capacitadas para exercer sua função de socializadora daqueles. Geralmente é preconizada, só em último caso, a substituição da família pela iniciativa oficial, que tome a si o processo de socialização e/ou educação do menor. O Código de Menores, por exemplo, estabelece que, "toda medida aplicável ao menor visará fundamentalmente, à sua integração sócio-familiar" (Lei 6.697, de 10/10/79), e a internação é a última das seis medidas enumeradas pela Lei, devendo ser empreendida apenas quando malograrem todas as demais, ou se forem totalmente inviáveis. (Lei 6.697, de 10/10/79; artº 14 e 40). Porém, na prática o que sucede é bem diferente. A internação, é a medida mais comumente empregada na assistência a menores. Através dela estes são retirados de seus ambientes, deixando de viver com suas famílias, e passando à autoridade do poder judiciário, em detrimento daquelas.

Logo, o que se encontra a nível de prática é basicamente diverso daquilo que é expresso a nível de discurso, ou pouco expressivo face ao total da população a ser beneficiada.

A Política Nacional do Bem-Estar do Menor implantada pela Lei nº 4513 de 1º de dezembro de 1964, e a cujas diretrizes o Código de Menores se atém, também enfoca a desorganização familiar como determinante da "Menoridade" enquanto problema social. Se a família se desagrega, deixando seus filhos abandonados, isto se deve, de acordo com a análise feita à luz daquela Política, muito mais à irresponsabilidade da família que às relações sociais e econômicas em que esta se encontra inserida. (Bazílio,

1985: 50). Para esta família disfuncional deveriam ser destinadas algumas medidas com o fim de restabelecer a sua funcionalidade, sem se cogitar em uma ação sobre as causas determinantes de tal situação.

A mesma Lei que implantou a Política de Bem-Estar do Menor autorizou a criação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), instituição que se incumbe até os nossos dias a nível nacional de "formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, mediante estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executam essa política." (Lei nº 4513, de 1/12/64)

Esta entidade criada no início de um período histórico nacional marcado pelo autoritarismo parece reafirmar a hipótese de Kramer, citada anteriormente, e veicula ao menos no seu começo uma visão funcionalista em que a situação do menor é vista como disfunção do sistema e do desenvolvimento individual.

As articulações entre a FUNABEM e a Escola Superior de Guerra (ESG), onde se busca a formação das elites nacionais que conduziriam "a nação rumo aos Objetivos Nacionais Permanentes que resultarão no Bem-Comum", evidenciam de acordo com Bazílio a subordinação da primeira e da Política de Bem-Estar por ela formulada aos Canones da Ideologia de Segurança Nacional. (Bazílio, 1985: 39). Para este autor seria sob orientação de formulações expressas em documentos da ESG que, em primeiro lugar se consolida a existência dos internatos para aqueles menores que podem vir a cometer atos que perturbem a Ordem; em segundo lugar, são traçados alguns planos especiais em que, pela ação das comunidades, sob a tutela do Estado, sejam feitos atendimentos aos menores mais necessitados visando "prevenir" sua "marginali

zação"; e em último lugar a FUNABEM serve para veicular junto ao público, uma imagem do Estado, como estando atento ao problema do menor e da prevenção do marginal de amanhã, ou seja, de um Estado altamente preocupado com problemas sociais (Bazílio, 1985: 62-4). Donde o autor complementa suas idéias afirmando que:

> "Coube à Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor realizar a mediação necessária para se instaurar uma nova concepção de atendimento baseada nas premissas da Segurança Nacional. Tal concepção foi batizada como 'Política Nacional de Bem-Estar do Menor'." (Bazílio, 1985: 64)

Vinculada diretamente, até 1974, à Presidência da República, a FUNABEM passa depois a pertencer ao recém-criado Ministério de Previdência e Assistência Social, perdendo seu status e tendo sua autonomia reduzida na medida em que tem que subordinar-se às diretrizes traçadas pelo Ministério, ao qual se subordinam também outras entidades assistenciais voltadas para a infância como a Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Juntamente com as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEMs), a FUNABEM compõe o Sistema Nacional de Bem-Estar do Menor (Bazílio, 1985: 57). As Fundações Estaduais, criadas por estímulo. ou pressão exercidos pelo Governo Federal sobre os Governos Estaduais, são administrativamente independentes da FUNABEM, subordinando-se aos Governos Estaduais. Em cada Estado da Federação há FEBEM, encarregada de executar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, sendo atribuído a FUNABEM um papel normativo, que executa através do repasse de verbas e de diretrizes e metodologia a ser seguida pelas FEBEMs no atendimento ao Menor.

A criação da FLUBEM corresponde à iniciativa fluminense no sentido de se fazer cumprir a Política Nacional de Bem-Estar do Menor.

Após termos apresentado a questão do Menor e do surgimento das entidades oficiais voltadas para a sua assistência, retomamos a história da Casa, integrante que era da FLUBEM.

De acordo com informações obtidas com Dr. Renato Martins Silva Filho, com a incorporação do Preventório à FLUBEM foi convidado pela Presidente desta a permanecer como diretor da Casa, quando transformações foram sendo feitas na rotina e orientação da Instituição. Embora ele não tenha situado com exatidão a data em que oficialmente a Casa teve seu nome trocado, ainda se lembra de ter sido na sua gestão que se trocou a palavra "Preventório" pintada no alto da parede frontal do Prédio Central - pela palavra "Educandário".

Dr. Renato pediu a exoneração do cargo, ao final do ano de 1969, por não concordar com as mudanças que aos poucos iam sendo introduzidas no funcionamento da Casa. Particularmente, citou a limitação da faixa etária dos internos a uma idade máxima de 12 anos, ocorrida contra sua opinião, ainda na época em que era Diretor.[1] Outra mudança, que estaria sendo preparada era a retirada dos internos, deixando apenas às menores do sexo feminino na Casa. Ele também se opunha determinadamente a esta medida, manifestando-se em reuniões da Diretoria com as Equipes Téc

[1] Narrou o caso de uma interna, que foi forçado a levar a outro Educandário da FLUBEM, em cumprimento à determinação de seus superiores já que tinha mais idade que o novo limite. Disse que na viagem de automóvel até a cidade onde se localizava o Educandário, teriam chorado ele, sua esposa que o acompanhava e a menina.

nicas das diversas Casas, ou Unidades, da FLUBEM. Alegava que nunca como médico, Diretor Substituto e depois Diretor da Casa havia encontrado "problemas de sexo", não vendo motivo para que tal mudança ocorresse, quando justamente, mesmo nos colégios da Comunidade, dirigidos por religiosos(as), estava ocorrendo um processo de aceitação de alunos de ambos os sexos.

De acordo com as informações colhidas de funcionária que ingressou na Casa (já com o nome de Educandário) em março de 1970, ainda encontravam-se funcionários da Secretaria Estadual de Saúde nela lotados mas que foram transferidos ao longo daquele ano. (Diário de Campo, 3/3/86).

A mesma informante nos disse ainda que, na época, a clientela, atendida em regime de internato, constava de 70 crianças do sexo feminino, com idades variando entre 6 a 12 anos, que mais tarde foi aumentada para 200 internas. O corpo de funcionários, além do pessoal burocrático, de manutenção e de serviços como cozinha, lavanderia e portaria, contava com uma equipe de "Orientadores de Menores", que se encarregava da Supervisão e cuidado cotidiano das crianças, com um médico (pediatra), um dentista e com algumas professoras primárias (equivalente às professoras de 1a. à 4a. série do 1º grau atuais). (Diário de Campo, 3/3/86).

Embora esta informante não tenha nos transmitido este dado, haveria também na Casa uma Assistente Social, pelo menos, já que o primeiro diretor do Educandário nos informou ter deixado em seu lugar, como substituta, a profissional responsável pelo setor de Serviço Social.[1]

[1]Em conversa telefônica que mantivemos com uma das ex-Diretoras do Educandário, ela citou uma Assistente Social com o mesmo nome de batismo da pessoa citada por Dr. Renato.

Em 1975, como conseqüência da fusão político-administrativa entre o Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara, foi criada, em 24 de março de 1975, através do Deceto-Lei nº 42, a Fundação Estadual de Educação do Menor (FEEM) "com a finalidade de promover plena integração ao meio do menor que necessita apoio especial do Estado." (Decreto-Lei nº 42 de 24 de março de 1975). A Fundação Estadual de Educação do Menor (FEEM) resultou da fusão e incorporação dos patrimônios e recursos das antigas Fundações Estaduais, a FLUBEM do Estado do Rio de Janeiro e a FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) do Estado da Guanabara, que só foram extintas realmente pelo Decreto nº 293, de 6 de agosto de 1975.

É, a partir deste instrumento legal, que ficam instituídos os Estatutos da Fundação, e outras providências relativas à assistência a menores, colocando-se aquela sob a supervisão da Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

De acordo com folhetos de divulgação da FEEM, esta é composta de diferentes tipos de Unidades, onde são prestados atendimentos diversos aos menores. A FEEM lança também mão de convênios com Internatos particulares — geralmente entidades filantrópicas sob a responsabilidade de grupos religiosos. As Unidades próprias da FEEM são dos seguintes tipos:

1. os Educandários, ou Unidades de Permanência, onde são internados os menores atendidos;

2. os Centros de Triagem e Recepção (CRT) que também funcionam em regime de internato, mas onde os menores deveriam ficar no máximo três meses, durante os quais seus casos seriam es

tudados por equipe interdisciplinar de nível superior e indicados os tratamentos adequados, que podem ser: o encaminhamento à própria família, à adoção, à família substituta, à Unidade de Permanência da FEEM ou conveniada, ao Serviço Militar (no caso dos que estejam completando 18 anos), ao mercado de trabalho - (no mesmo caso anterior), ou, ainda, o recambiamento à cidade de origem;

3. os Centros de Atendimento ao Pré-Escolar (CAPE), destinados exclusivamente às comunidades onde se situam, funcionam em regime de semi-internato, prestando atendimento do tipo creche e pré-escola a crianças, e outras atividades extras, de interesse da comunidade, como os Cursos de Formação de Patrulheiros, através dos quais adolescentes são encaminhados ao mercado de trabalho;

4. os Centros de Educação e Trabalho (CET) funcionam em regime de externato e entre outros objetivos visam à profissionalização de adolescentes e seu encaminhamento ao mercado de trabalho.

A nível de quadro de funcionários do Educandário, a criação da FEEM implicou primeiramente, na entrada de novos funcionários que desempenhavam funções técnicas. Estes técnicos foram: um psiquiatra, uma psicóloga e um nutricionista. Em segundo lugar, teria acarretado uma mudança significativa em termos de salários recebidos pelos funcionários da antiga FLUBEM, que foram quase dobrados para serem equiparados aos dos funcionários da antiga FEBEM, de acordo com uma das funcionários da Casa, na época. (Diário de Campo, 3/3/86).

De acordo com o depoimento de funcionárias que trabalha-

vam no Internato nessa ocasião (Diário de Campo, 21/10/85 e 3/3/86) e de outra,que ingressou no quadro funcional um pouco mais tarde (Diário de Campo, 6/10/85),teria ocorrido uma mudança radical de clientela do Internato, após a fusão. Todas as internas teriam sido substituídas por menores adolescentes[1], na faixa etária de 14 a 18 anos incompletos.

As funcionárias que nos informaram sobre este acontecimento não sabiam explicar aparentemente o motivo da mudança, mas de acordo com informações obtidas em conversa telefônica com a Diretora do Internato durante este período, tal fato teria se dado por circunstâncias ligadas à falta de vagas em outras Unidades da FEEM.

Estas ocorrências implicam em uma transformação significativa da dinâmica da Casa. Os funcionários que não estavam preparados para tal mudança se vêem na contingência de terem que desempenhar novas tarefas ou de adaptarem seus antigos procedimentos à nova realidade, imposta pela nova clientela. Por exemplo, as professoras passam a exercer funções como a organização da Biblioteca e a do Centro Cívico, já que as internas freqüentavam não mais a Escola Primária porém o Supletivo, que funcionava à noite em escola fora da Instituição.

Segundo as já citadas funcionárias entrevistadas, estas menores tinham um comportamento agressivo e rebelde, que as levava a quebrar ou danificar o mobiliário e as instalações da

---

[1] Há discrepância nos depoimentos quanto ao modo como se procedeu essa substituição, em uns se fala em transferência gradual de menores, em outros se fala em mudança total e súbita das internas antigas pelas novas.

Casa. Além disso, ao sair para as aulas externas, que ocorriam no período noturno, acontecia de não retornarem ao Educandário no horário previsto. Algumas teriam passado a freqüentar um bar que havia na época, na praia em frente à Casa, umas passavam a noite fora e outras fugiam.

Para uma de nossas informantes estes acontecimentos contribuíram para a formação de um clima que contrastava muito com o que existia antes. Ela descreve o Educandário anteriormente a este novo estágio, como um ambiente de trabalho tranqüilo, onde não ocorriam fugas de Menores e onde ainda não existiam os altos muros e portões atuais.

A danificação da Casa pelo comportamento predatório das internas adolescentes, teria sido o motivo do seu fechamento, ocorrido por volta de agosto de 1976, após a transferência para outras Unidades da FEEM de todas as internas e funcionários. De acordo com uma dessas, inclusive, teria ocorrido uma intervenção no Internato pela Administração Central da FEEM, instalando-se um Inquérito Administrativo,[1] durante o qual a Diretora foi afastada, e reformas teriam sido levadas a cabo nas instalações da Casa para recuperá-la. (Diário de Campo, 3/3/86).

A Casa foi reaberta no ano seguinte, em março, como marca uma placa comemorativa afixada na parede externa frontal, do Prédio Central, após reformas que incluíram a construção dos

---

[1] Infelizmente não pudemos confirmar estes fatos, já que embora em conversa telefônica a Diretora nos tenha dado algumas informações sobre a História da Casa e se comprometido a nos dar as restantes em ocasião posterior, tal não ocorreu.

muros elevados e a colocação do portão alto atualmente existentes. A parte do Prédio Central, que anteriormente destinava-se à moradia dos Diretores da Casa e suas famílias, passa a ser destinada ao Setor Pedagógico. A clientela volta a ser constituída por meninas de 6 a 14 anos de idade. A mesma Diretora, reassumiu seu cargo, trazendo de volta alguns antigos funcionários . Outros não retornaram, permanecendo em outras Unidades da FEEM para onde haviam sido transferidos.

No dia da cerimônia oficial de reabertura teria estado presente, de acordo com o que a Diretora daquela época nos afirmou em conversa telefônica, um dos descendentes da Princesa Isabel, a convite da Presidente da FEEM que teria ido a Petrópolis convidá-lo. A referida ex-Diretora nos informou que a razão do convite e da presença deste, seria o fato de a Casa ter pertencido à Princesa.

Já a Diretora do Educandário, durante nossa pesquisa, nos informara que, enquanto técnica de outra Unidade da FEEM, estivera presente na reabertura do Internato, em 1977, e ouvira o descendente da Princesa contar que aquela tinha sido uma casa de praia de sua antepassada.

No entanto, não foi possível averiguarmos a motivação de tal acontecimento que explica, provavelmente, o surgimento do "mito da casa da Princesa".

Quando da reabertura, as vagas de "Auxiliar de Educação" , cargo correspondente ao antigo "Orientador de Menor", foram preenchidas por seleção externa. Estas novas funcionárias teriam ingressado no serviço da Casa antes da chegada das Menores, e

ajudado na arrumação da Casa e na disposição do mobiliário. Como afirmou-nos uma delas: "Fomos nós que arrumamos tudo aqui." (Diário de Campo, 6/10/85).

Ao longo do funcionamento do Educandário novos técnicos foram integrados à sua Equipe Técnica que durante nossas pesquisas contava com: uma Médica (Clínica), duas Assistentes Sociais, uma Psicóloga, um Dentista, um Nutricionista, uma Pedagoga (denominada Especialista em Educação) e um Médico Psiquiatra, que na realidade dividia seu tempo entre a Casa e outra Unidade da FEEM, o que acarretava uma participação sua, intermitente, na Equipe. Destes, a última a vir integrar a Equipe foi a Especialista em Educação, o que ocorreu em 1984.

De acordo com o depoimento prestado por uma das Psicólogas, que trabalharam na Casa durante a pesquisa, o cargo de Psicóloga do Educandário teria sido ocupado durante cerca de 6 ou 7 meses, em 1979. Segundo a mesma informante, a partir de 1982, o cargo de Psicóloga volta a ser ocupado[1]. (Diário de Campo - 12/11/85).

No ano de 1984 estabelece-se que a faixa etária das internas seria ampliada, de 5 a 14 anos, para 5 a 18 anos incompletos. Esta alteração encontra sua justificativa no fato de que com isso buscava-se evitar que as internas vivenciassem a experiência, por vezes violenta e traumática, da transferência para outra Unidade de Internação. Este tipo de vivência tornava-se ine

---

[1] Pela própria informante, que durante a pesquisa foi substituída por outra profissional em Psicologia.

vitável na situação anterior, e por vezes era vivida mais de uma vez por uma mesma menor, que via de regra não conseguia apreender completamente, ou de jeito nenhum, o porquê de seu afastamento do ambiente em que vivia e das pessoas com quem se relacionava, passando a sentir-se altamente desorientada e/ou insegura. Atualmente uma menor que ingresse com 6 anos incompletos na Casa pode lá viver até atingir a maioridade aos 18 anos, caso não seja "desinternada", o que tende a facilitar o estabelecimento de sólidos laços entre a interna e a Casa.

A ampliação da faixa etária e a situação política atual do país, certamente encontram-se entre os determinantes de uma nova série de mudanças que vem ocorrendo no Educandário. Esse processo, que pode ser caracterizado como "de abertura", visa permitir não só uma maior abertura da Casa para o mundo exterior, dando maior acesso àquele para as internas, como também permitir uma maior participação dos funcionários e internas na determinação do cotidiano vivido na Casa. A organização dos funcionários que passam a reivindicar melhores condições de trabalho para si próprios e melhores condições materiais de vida para os internos nas Unidades da FEEM, parece encontrar-se também na origem deste processo de abertura.[1]

O levantamento da história da Casa nos permite situar como as práticas desenvolvidas em seu interior se articulam com o processo político-institucional do país.

Especificamente, ao passar a destinar-se unicamente ao a

---

[1] No entanto, questionamos este processo de "abertura" e, particularmente, os rumos que tomará.

tendimento de crianças das classes pobres (ou seja, como Preventório e depois como Educandário), a Casa exemplifica os deslocamentos efetuados no enfoque oficial deste setor da Assistência. Como afirma Kramer:

> "Inicialmente, o atendimento proposto às crianças das classes dominadas foi médico e sanitário; em seguida foi também assistencial e, atualmente, além da assistência médico-sanitária-nutricional e da social, o atendimento inclui, ainda, o plano educacional." (Kramer, 1984: 115)

Enquanto uma das formas do trabalho social, o atendimento prestado no Educandário às menores internas, pode ser abordado a partir de três vertentes diferentes que são a da Saúde, a da Assistência e da Educação. A partir da conjugação dessas três vertentes, e dentro de uma perspectiva histórica, torna-se possível compreender o que significa a internação, ou seja, o atendimento praticado na Casa.

A vinculação destas diferentes vertentes fica claro se analisarmos o que é apresentado oficialmente pela FEEM como objetivo do Educandário:

> "O Educandário tem por objetivo propiciar educação necessária ao desenvolvimento global do menor, através de atendimento integrado das áreas de saúde, serviço social e pedagogia." (FEEM, 1984).

Na internação se intervém sobre a criança através da conjugação de diferentes práticas, que se articulam incidindo na questão da menoridade.

A seguir, analisamos como estas práticas ocorrem no Educandário e o que produzem.

3 - A CASA DAS MENINAS

Ao iniciarmos a pesquisa surgiu entre as internas a idéia de que um livro estava sendo escrito. Esta idéia disseminou-se por duas vias. Em primeiro lugar, a Diretora, por ocasião da nossa primeira visita à Casa apresentou-nos às internas dizendo tratar-se de uma pessoa que iria escrever um livro sobre elas. Aos funcionários a apresentação nos definiu como uma psicóloga que realizaria uma pesquisa para escrever uma dissertação de mestrado. Em ambas as situações as apresentações eram acompanhadas de uma espécie de perguntas, que soava como afirmativa — "Isso não é bom?!"

Em várias ocasiões após a apresentação, a pergunta — "o que você faz aqui?" — foi enunciada. A resposta variava então de acordo com o interlocutor. Para alguns dávamos uma suscinta explicação do que seria uma dissertação de Mestrado, para outros explicávamos, a partir da similitude com a vivência do interlocutor, que tratava-se de um dever escolar um pouco mais desenvolvido. De qualquer forma pareceu firmar-se a idéia entre as internas de que um "livro", ou um "livro pequeno" estava sendo escrito por nós sobre elas e a Casa.

As internas fizeram então perguntas sobre "o que seria escrito", assim como recomendações sobre alguns tópicos. Uma delas disse:

> "Escreve aí no livro, tia, que isso aqui é uma prisão... é uma casa de horror..."

"Escola", "casa", "prisão", o Internato — sustentado por

todo um complexo tutelar jurídico-punitivo-disciplinar: Juizado, Polícia, FEEM — resume uma heterogeneidade de práticas que são constitutivas de uma certa objetivação: a que transforma a criança pobre em "menor".

Esta multiplicidade de práticas coexistentes no Internato — seja o investimento político no corpo das internas, seja sua arquitetura pesada e o uso que dela é feito — é o que se faz mister desvelar nesta parte do trabalho.

Se é como Foucault nos diz, que cada prática produz o objeto que lhe corresponde, cabe-nos aqui analisar essas práticas enquanto constituintes da menor interna.

No Internato, a menor aprende a respeitar delimitações espaciais, já que tanto passa a ter direito ao uso de um espaço só seu (especificamente, sua cama e seu armário), quanto a compartilhar este mesmo espaço com outros. Em seu dia-a-dia de interna aprenderá que algumas atividades se fazem em espaço reservado (por exemplo, dormir, fazer as necessidades fisiológicas), já outras são feitas em grupo, no mesmo espaço e tempo (por exemplo, estudar, assistir TV). Além disso aprenderá que tem direito a objetos pessoais, ainda que restritos, e que estes devem ser guardados nos armários quando não os estiver utilizando, porque caso contrário os perderá, ou outra interna os tomará. O uso do uniforme, também, traz em si a possibilidade de uma aprendizagem nos mesmos moldes das acima citadas: cada uma tem o seu, já que números impressos no avesso das peças as identificam, mas por outro lado todos são do mesmo feitio, cor e material, o que imprime grande uniformidade quanto ao aspecto visual delas.

Mas não só o uso do espaço e da posse de objetos se constituem o aprendizado da menor interna. Ela também, ao longo da internação, aprenderá a importância do cumprimento de horários, da ordenação seqüencial das etapas de determinada tarefa a ser levada a cabo, da sucessão de atividades a serem realizadas no dia, etc. . Aprende a organizar-se e a organizar os fatos geneticamente, passa a dominar a noção de que os acontecimentos ocorrem de forma seqüencial: o antes e o depois.

E mais, na medida em que se sujeita a uma série de autoridades, aprenderá a reconhecer a rede hierárquica composta pelos outros indivíduos à sua volta, ou em conexão consigo (talvez não de modo claro e distinto,mas o suficiente para saber como comportar-se frente a cada um deles). Ela aprende a obedecer e a quem obedecer.

Em suma, aparentemente, no Internato é dispensado um atendimento à menor, que se dimensiona de acordo com duas vertentes diferentes: a da "individualização" e a da "massificação". Estas duas vertentes, nem sempre se encontram em equilíbrio, ao contrário, parece haver um claro desnível entre elas. Assim,por um lado, no Internato a menor se constitui como um indivíduo, - que possui um corpo disciplinarizado e que reconhece suas limitações e obrigações a nível do uso do espaço e do tempo. Por outro lado, ela é tratada de maneira massificada, sendo apenas uma a mais entre tantas outras submetidas à rede hierárquica de relações na Instituição.

A "individualização" posta em prática pelo projeto educativo da Casa, portanto, não permite à interna atingir uma autonomia. A interna adquire apenas o manejo de regras, relativas à

propriedade, ao convívio social e ao trabalho, que lhe possibilita o enquadramento na sociedade, de forma não marginal, mas não muito mais que isso.

A internação retira a menor de um meio desordenado, doente ou extremamente desfavorecido economicamente, com o fim confesso de evitar danos ou comprometimento, ao bom desenvolvimento físico e mental desta, e também para facilitar sua inserção social (ou reinserção) posteriormente à internação. Porém, pelo que pudemos deduzir das nossas observações, estes fins são atingidos apenas em bases mínimas. A reinserção social da menor não acontece, aparentemente, em moldes tais que lhes permite alcançar posições outras que a de empregadas domésticas, doceiras, cabeleireiras ou mesmo, como Auxiliares de Educação da FEEM. De certa forma, a menor é afastada pela internação do "mundo da rua" ou seja, dos perigos de vir a ser delinqüente, prostituta, doente, enfim marginal.

A observação da Instituição, a nível do que é por ela produzida, parece indicar um corte efetuado no seio da infância desfavorecida. Formam-se no Internato (ou busca-se formar) indivíduos que no futuro serão "pobres mas honestos", vale dizer trabalhadores, respeitadores das regras, etc., por conseguinte, diferentes e mesmo opostos, dos pobres que são marginais ou delinqüentes.

Vista dessa forma, a internação configura-se como estratégia, pela qual os menores em situação dita irregular são inseridos na Ordem Social, através da aquisição de uma "legalidade de base", que inclui o manejo de noções e regras de bom comportamento, docilidade e trabalho. Estratégia de "moralização", por

assim dizer, que os insere política e economicamente nas classes pobres disciplinadas (Foucault, 1977: 251).

Seja como Casa, seja como Prisão, o Internato recobre-se de múltiplos significados. Local de práticas convergentes que, constituem a menor-interna e influenciam decididamente para a constituição da trabalhadora que ela será (doméstica, manicure, etc.).

3.1 - A Internação

A Casa funciona como uma das unidades de permanência da FEEM, ou seja, um internato que poderia ser caracterizado como semi-aberto[1]. Destina-se como já dissemos a menores do sexo feminino, de 5 a 18 anos incompletos, em número que varia em torno de 200[2].

Em geral, a Menor chega à Instituição encaminhada por outros internatos conveniados ou próprios da FEEM, ou, como é mais freqüente, pelas Casas de Triagem da FEEM.

Existe uma enorme gama de motivações para a internação, dentre outras podem ser enumeradas as seguintes: mães ou pais que tendo que se ausentar para trabalhar não têm com quem dei-

[1] De acordo com Bazilio (p. 62) no Vocabulário Físico da FUNABEM encontra-se a distinção entre internato aberto (aquele em que a saída de menores é permitida independente de fiscalização), internato semi-aberto (aquele em que é permitida a saída de menores para freqüentar algumas atividades externas, como a Escola), e o internato fechado (aquele em que somente com autorização expressa do juiz é permitida a saída dos menores).

[2] Durante a pesquisa esse número variou de 190 a 207 menores, devido a transferências para outras instituições.

xar as filhas; famílias que não têm recursos para prestar atendimento às filhas portadoras de alguma deficiência ou doença; um dos pais ou ambos acometidos por alguma doença que os incapacite de cuidarem das filhas; a não aceitação da criança por parte do(a) novo(a) companheiro(a) da mãe ou do pai; o receio da mãe (ou do pai) quanto a um possível ataque sexual à criança pelo(a) novo(a) companheiro(a) ou por estranhos; a pura e simples falta de recursos econômicos da família para prover o sustento da criança; a morte dos pais da criança, na ausência de outro familiar ou responsável que os substituam; o abandono da criança logo ao nascer na maternidade ou em outro lugar público mais tarde. Estas causas não esgotam as possibilidades que levam à internação, mas recobrem boa parte dos casos encontrados no nosso estudo.

Falando sobre o processo que redunda na internação dos meninos de rua, Costa refere-se a cinco etapas. Estas etapas seriam: apreensão, pelo policiamento ou pela ronda do Juizado de Menores; Triagem e Investigação, na qual podem ser envolvidas, em fases diferentes, o Juizado, a Delegacia de Menores e os Centros de Triagem da FEBEM; Rotulação, na qual o menor é enquadrado em categorias sociais (abandonado, desassistido, etc.) e nas categorias legais previstas pelo Código de Menores, após o estudo social do caso; Deportação, em que por uma decisão judicial o menor é retirado de seu meio ambiente e, finalmente, o Confinamento, que é a internação através da qual se pretende "ressocializar o menor".

Costa chama a este processo "ciclo perverso de violenta - ção e degradação pessoal e social", que seria a resultante do

"entrelaçamento do Código de Menores (Lei 6.697/79) e da PNBEM (Lei 4.513/64), no plano legal, somado ao encadeamento operacional Polícia Militar - Polícia Civil - Juizado de Menores - FEBEM" (Costa, 1986: 16-7).

Mas nem todas as crianças internadas na Casa passaram por todas as etapas deste processo. Algumas não são apreendidas pelo policiamento, sendo espontaneamente levadas ao Juizado de Menores, ou a Unidades de Recepção e Triagem da FEEM, por familiares ou outros, iniciando o ciclo a partir da segunda etapa.

Nestas Casas de Triagem é realizado, por técnicas do Serviço Social, o "Estudo de Caso". Este implica na localização da história pregressa da menor, na localização e/ou contato com a família e no encaminhamento do "Caso" ao Juizado de Menores, onde se deliberará sobre a situação legal daquela, resolvendo- se ou não pela sua internação. Durante esta etapa a menor permanece internada na Unidade de Triagem, sendo considerada "acautelada" pelo Juiz.

Ao ingressar na Casa, a Menor já terá passado, no mínimo, por uma experiência de internação em outra Entidade, assim como por um processo técnico-jurídico-administrativo que determinou a internação, já que, a não ser em casos excepcionais[1], as menores chegam ao Internato somente após o "Estudo de Caso" feito pelos técnicos do Serviço Social das Casas de Triagem.

---

[1] Apenas uma vez foi mencionado por uma das Assistentes Sociais da Casa um caso em que a menor havia sido enviada a um internato conveniado, diretamente, sem que se efetivasse o "Estudo de Caso", porocasião de uma interdição da Casa de Triagem por excesso de internos. Esta menor mais tarde foi enviada à Casa, onde então se havia realizado o Estudo de Caso.

A menor vem acompanhada de uma documentação, com a qual se inicia seu prontuário, que corporifica o conjunto das providências técnico-jurídico-administrativas que a levaram à internação, assim como às intervenções técnicas que sofrerá doravante.

Com a internação, a menor passa a subordinar-se à autoridade do Juiz de Menores que,por sua vez, delega sua responsabilidade aos técnicos e funcionários da Unidade que a receba, retirando, na prática, em grande parte (se não totalmente) a autoridade da família.

Os técnicos da FEEM classificam a menor do ponto de vista da assistência recebida pela família,em três grupos. Assim é que,entre as menores da Casa, existem algumas que possuem família ou responsáveis conhecidos e em contato com a Instituição, sendo classificadas de assistidas; um segundo grupo tem família conhecida mas que não mantêm, durante períodos significativos, contato com a Instituição e com a menor, sendo classificadas como desassistidas; e, finalmente, o último grupo constituído daquelas que não têm vínculo familiar conhecido, classificadas como abandonadas. Estes grupos,de acordo com dados fornecidos pelo Serviço Social da Casa na época da pesquisa,correspondiam respectivamente a: 40% do total da clientela eram assistidas ; 26% do total eram desassistidas; e 34% do total eram abandonadas.

Embora partilhadas por todos os técnicos da Casa, os quais têm acesso aos prontuários das menores, as informações sobre os motivos da internação e as histórias de vida, via de regra não

estão acessíveis às menores, que freqüentemente ignoram o verdadeiro porquê de sua internação e sua história pregressa. Esse desconhecimento e/ou esquecimento por parte da criança, dos motivos que determinaram sua internação é apenas mais uma das perdas ou cortes de uma série de outras separações que o processo de internação implica. Pois se a perda de contato das internas com suas próprias histórias de vida é um dos possíveis efeitos da internação não é, no entanto, o único. Neste processo,as menores são submetidas a uma série de interdições, seja no uso do espaço e do tempo, seja nos contatos e tipos de relações permitidos,tanto no interior quanto no exterior da Instituição. Alí passam a maior parte das horas do dia, saindo apenas para a Escola ou outras atividades geralmente na companhia de funcionários e de outras internas, ou então para algumas visitas esporádicas à casa de familiares. Além disso, como já dissemos, passam, automaticamente, a estar submetidas à autoridade dos adultos que ali trabalham, do Juiz de Menores e no caso de serem mais novas, à autoridade de algumas das internas mais velhas.

Enfim, no Internato ocorrem uma série de práticas a qual a menor se submete e das quais participa, e que em seu conjunto significam seu enquadramento na "Carreira de Menor interna". O Internato, em sua dinâmica, constitui a menor interna, assim como é, também, por ela constituído.

Buscando apreender esta dinâmica e a constituição do que seja uma interna, descreveremos a seguir primeiramente o espaço do Internato e suas condições físicas, depois as pessoas que o ocupam e as relações que ocorrem em seu interior e finalmente descreveremos como ocorrem no tempo essas relações.

3.2 - O Espaço

Ao ingressar no Internato a menor estará se submetendo a um espaço delimitado onde passará a maior parte do tempo, dia após dia, ali dormindo, trabalhando, brincando e se alimentando. Sempre em companhia de outras menores que como ela estão submetidas a este espaço, sob o cuidado, comando ou vigilância de adultos que ali estão na condição de funcionários, ou seja, de trabalhadores que recebem um salário mensal em troca de desempenho de tarefas previstas, em determinado período de tempo.

Embora no caso estudado as internas saíam da Casa para algumas atividades, como aulas, estas saídas são submetidas à prévia autorização de um ou vários funcionários, geralmente aqueles hierarquicamente superiores (ou seja Diretora, Auxiliares de Direção e Técnicos). De certa forma esta é talvez uma das primeiras interdições que a internação impõe à menor, que é retirada do convívio, em seu local de origem, com os seus, e colocada em um espaço delimitado, localizado em outra comunidade, mas também dela separado fisicamente. Esta separação física do Internato fica clara através da descrição que apresentamos a seguir.

3.2.1 - Descrição do Espaço

O Internato funciona em prédios que localizam-se mais alto que o nível da rua. O terreno, apoiado numa elevação de rocha, foi aplainado e é limitado nas suas partes frontal e lateral por muros de sustentação que se prolongam além do nível da

planta baixa dos prédios.

Para quem da rua observa o Internato, os muros impressionam por sua altura (em torno de quatro metros) que impedem a visão do interior.

Para quem entra, a aparência é de um espaço confinado por muros de alturas variáveis que vão de, aproximadamente, um metro na parte frontal a dois metros nas laterais. Este espaço é preenchido pelos edifícios do Internato: o prédio central de dois andares com varandas em torno do primeiro pavimento, e um outro em "L" delimitando o prédio à esquerda e aos fundos. Além do bloco dos fundos do Internato existe um espaço livre , uma espécie de quintal adjacente às primeiras casas do morro, sem qualquer separação destas. O acesso a este espaço livre é vedado às internas por duas passagens fechadas por portões.

O primeiro andar do Prédio Central abriga a sala da Diretora e a das Auxiliares da Direção, a Secretaria e a Sala do Ponto, a Sala das Assistentes Sociais, a da Psicóloga e do Psiquiatra, o Gabinete Odontológico, o Gabinete Médico e Enfermaria, o Salão de Cabeleireiro, a Costuraria, a Sala das Supervisoras e a varanda circundante. Destas repartições cabe destacar o tamanho da Sala de Ponto, ampla e com um vazio quebrado apenas pela presença do relógio de ponto, quadro de avisos e escaninho dos cartões de ponto, e a Varanda, área intermediária integradora do interior com o ambiente externo.

A circulação deste andar é feita pela Varanda e a comunicação com o segundo andar é feita através de duas escadas, uma à direita do prédio logo em direção do portão de chegada, e ou-

tra no lado esquerdo nos fundos do prédio.

O segundo pavimento do Prédio Central é ocupado por duas Salas de Aula (Estudo Dirigido), a Biblioteca, a Sala da Especialista em Educação (Pedagoga), a Sala da Recreadora, e as salas onde funcionam os "Cursos" do Setor Pedagógico, ou seja, a Sala de Artezanato I, a de Artezanato II, a de Culinária e a de Corte e Costura. É o Setor Pedagógico que utiliza também no primeiro andar o já citado "Salão de Cabeleireiro."

O estado de conservação deste prédio[1] embora não muito bom é melhor que o do outro. De modo geral as paredes necessitam pintura e várias portas e janelas não têm vidros.

O outro prédio é constituído por duas alas em forma de "L". A ala lateral esquerda tem apenas um andar de uso do Internato, isto porque o térreo desta ala foi construído abaixo da plataforma onde se localiza o andar térreo das outras edificações, sendo uma espécie de porão. Seu acesso é pelo terreno vizinho, também próprio da FEEM, ao nível da rua e serve como depósito de material desativado.

A circulação deste bloco é feita também por varandas que se ligam ao prédio central por passagens cobertas.

Nesta ala esquerda funcionam alguns dormitórios, aos quais se tem acesso por uma área de circulação que também leva aos banheiros e à Varanda. A porta de entrada para estes dormi-

---

[1] No topo da parede frontal externa nascia um pequeno arbusto, que em certa ocasião uma interna nos mostrou dizendo que se fosse arrancado, todo prédio cairia.

tórios permanece, geralmente, fechada durante o dia. Ela conduz a um corredor que corta a ala em seu sentido longitudinal, separando os dois dormitórios da parte frontal da ala esquerda, cada um com 21 beliches que formam o Pavilhão II, do dormitório na parte posterior da ala, com 20 beliches, que forma o Pavilhão I. Independente dos dormitórios, do Banheiro e das áreas de circulação, há também nesta ala o Auditório que comunica-se diretamente com a Varanda através de três portas duplas. Nele não existem cadeiras ou bancos, apenas um palco em péssimas condições de conservação. Sobre este palco uma mesa com um grande aparelho de televisão à cores.

O estado de conservação desta ala é muito precário: as paredes estão sujas, necessitando pintura e reboco em alguns pontos; os banheiros exalam, a maior parte das vezes, mau cheiro ; nas janelas e portas duplas, pedaços de madeira substituem vidros inexistentes, ou reforçam-nas.

A ala dos fundos deste prédio tem 2 andares.

No primeiro andar encontram-se a Rouparia, a Sala das Auxiliares de Ensino e o seu Banheiro, o Refeitório e a Cozinha, o Almoxarifado, a Sala do Nutricionista e, na forma de um apêndice externo, a Lavanderia.

No segundo andar, ao qual se tem acesso por uma escada íngreme, em um só lance, que se comunica com a varanda através de porta, existem um Banheiro de uso das internas e vários cômodos usados como dormitórios. Destes, 7 são cômodos independentes contando com apenas 3 beliches, 2 são também independentes, mas por serem maiores contam com 4 e 6 beliches. Além disto

mais 10 beliches ficam dispostos em vãos livres de áreas de circulação.

O Pátio do Internato circunda o Prédio Central e é delimitado aos fundos pela parte central do bloco em "L" (o Pavilhão III). As partes que ficam na frente do Prédio Central e na lateral direita deste, são cimentadas. O restante é de terra batida, e nele existem algumas velhas árvores esparsas (cerca de 6). Como já dissemos o Prédio Central comunica-se com as 2 alas do prédio em "L" através de passarelas cobertas. Estas cortam o Pátio aos fundos, separando-o em duas partes distintas. No lado esquerdo do pátio existem alguns pneus fixados no chão para servir como brinquedos. E em um dos cantos há uma escada que desce abaixo do nível do Pátio até um portão no muro, atualmente interditado, que antes servia de comunicação entre os Prédios do Internato com os outros prédios vizinhos (como já dissemos também da FEEM). O Pátio é constantemente varrido pelas internas e se apresenta geralmente limpo. A exceção seria justamente esta escada sempre suja nas ocasiões das observações.

Logo no início da lateral direita, encontra-se o portão de entrada, ou melhor, os portões, já que existe o grande portão para carros e a seu lado, um menor para pessoas. O primeiro é bem alto e o segundo é do tamanho de uma porta encontrando-se sob uma estrutura de alvenaria que funciona como uma pequena marquize, ou cobertura. Ambos são metálicos; do lado externo do último se encontra o botão da campainha elétrica, que serve a quem chega para chamar o Porteiro, e no primeiro há uma portinhola, que serve como visor.

O acesso a este portão é feito por uma rampa, de uso co-

mum ao prédio vizinho, que conduz à rua. Ainda existe no muro frontal um portão antigo, em ferro batido, que servia de acesso ao conjunto de prédios, e está atualmente interditado.

A vista que se descortina do muro frontal e da frente do Prédio Central é privilegiada, podendo ser vista boa parte da enseada onde o Internato se localiza. De diferentes trechos do pátio ou dos prédios se tem visão não só do mar à sua frente, mas também, aos fundos, do morro e da favela; à esquerda, de parte dos bairros e casas da zona mais valorizada da cidade; e à direita, de uma colônia de pescadores, mais distante.

À direita do conjunto do Internato funciona, em prédio contíguo à ala dos fundos do Prédio em "L"; e separado do pátio do Internato por muro de cerca de 2 metros, uma Repartição da Universidade Federal Fluminense como já dissemos anteriormente. Este prédio vizinho devassa o lado direito do Prédio Central, parte do Pátio e as varandas do prédio em "L".

3.2.2 - O Significado do Espaço

O espaço físico do Internato, descrito acima, imprime características próprias às práticas nele desenvolvidas, e ao mesmo tempo é por elas estruturado.

Enquanto local fechado, "heterogêneo a todos os outros" em que há limites rígidos entre o interior e o exterior, funciona de acordo com o princípio da clausura, apontado por Foucault, como um dos princípios a partir dos quais se constitui o espaço disciplinar, que permitirá o surgimento do indivíduo disciplina

do. (Foucault, 1977: 130). O espaço disciplinado do Internato será um dos meios pelos quais se constitui a interna.

Mas a clausura não é a única das interdições a nível de utilização dos espaços e da distribuição nele dos indivíduos e objetos.

Assim é que a divisão do Internato permite uma distribuição dos indivíduos em seu interior de forma que, se não todos, a maioria terá sua presença delimitada, a locais específicos da Instituição, durante determinados períodos de tempo. Aos professores cabem as Salas de Aula, ao pessoal burocrático a Secretaria, e assim por diante. Quanto as menores, esta delimitação é mais variada, mas também é certo que delas se espera que estejam presentes em determinados locais e não em outros. Por exemplo, na hora de dormir cada qual deve estar em sua cama, em seu Pavilhão, ou ainda na hora da aula de Culinária, devem estar presentes na Cozinha do 2º andar do Prédio Central.

Há, portanto, um outro princípio ou regra em ação no Internato, que Foucault chamaria de regra da localização imediata ou do quadriculamento (Foucault, 1977: 131).

Além destes dois princípios, há um terceiro operando nos usos que se fazem dos espaços institucionais, que são as "regras das localizações funcionais", de acordo com as quais o espaço é codificado de forma que "lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil". (Foucault, 1977: 132).

A interdição do uso dos dormitórios, a não ser nas horas

de dormir, ou seja, à noite, é um dos exemplos dessa codificação. O uso do pátio é um outro exemplo. O pátio serve como local onde as internas, sozinhas ou em grupos, passam boa parte do seu tempo livre, brincando, conversando ou sem fazer nada. Eventualmente ainda são encontradas nele menores varrendo-o, sob o comando ou não de uma funcionária. Além de permitir uma centralização das internas durante as horas de lazer, em um espaço mínimo, o pátio facilita a fiscalização daquelas pelas funcionárias encarregadas desta função, na medida em que circulando-se pela varanda externa das alas do prédio em "L", se tem uma visão quase que global daquele. Muitas vezes assistimos funcionárias nela circulando, e detendo-se vez por outra para chamar a atenção ou dirigir-se a alguma interna, ou grupo delas, no Pátio, ou então enviando alguma interna com uma ordem para outra.

Dentre os usos do Pátio nos chamava a atenção a interdição às internas de sua parte frontal e da parte à direita do Prédio Central, que era justificada no caso das primeiras, como sendo área perigosa, porque as internas poderiam se debruçar no muro frontal e cair nas pedras sobre as quais ele se elevava. O que nos ocorria, no entanto, era que a parte frontal e a lateral direita permitia uma visão e até mesmo comunicação verbal com pessoas do mundo exterior (prédio vizinho e calçada). Além disso essas áreas são as que circundam as salas da Diretoria e Equipe Técnica, sendo nelas que se recebem qualquer visitante, seja familiar de interna ou outro. E finalmente, não são regiões visíveis da varanda do Prédio em "L", escapando ao controle de quem lá se tenha posto com a finalidade de vigiar as

internas.

De toda maneira, embora sempre encontrássemos alguma interna nessas regiões interditas, era comum que viesse alguma funcionária chamá-la, ou outra interna enviada por uma daquelas. A circulação e permanência delas nestas áreas só parecia ser bem tolerada quando estivessem indo ou voltando da escola, das aulas dos Cursos do Setor Pedagógico e do Estudo Dirigido , ou executando alguma tarefa como venda da produção do Curso de Culinária e a varredura do chão, ou então recebendo alguma visita pessoal.

No internato, constata-se ainda quanto aos usos do espaço, o quarto e último dos princípios citados por Foucault. Trata-se da técnica de dispor na fila, ou seja, de distribuir os indivíduos por diferentes séries ou classificações, de forma que a cada um atribui-se um lugar, que é determinado em função de sua relação a todos outros lugares (Foucault, 1977: 133-4).

Esta técnica encontra-se aplicada na distribuição das internas pelos dormitórios dos 3 Pavilhões. Assim cada uma delas pertencerá a um grupo diferente tendo portanto direito a usar um dormitório determinado. Os grupos das mais velhas usam os dormitórios do Pavilhão III que permitem uma maior intimidade, os outros ficam no Pavilhão I e II, onde tal regalia não é possível. No primeiro caso, cerca de 6 internas ocupam cada dormitório, no segundo, cerca de 40 internas o fazem. Além disto as primeiras podem entrar durante o dia nos dormitórios, ao contrário das outras que quase nunca o fazem.

O pertencer a determinado grupo permite portanto diferen-

tes usos do espaço do Internato. Mas não trata-se de situação estática na medida em que as internas podem ser transferidas de um grupo para o outro com o passar do tempo.

Concluindo, o uso dos espaços do Internato é determinado de forma a atender a uma necessidade de disciplinarização dos indivíduos, que tem como conseqüência não só a sujeição daqueles, mas também o desenvolvimento das características que fazem das menores, uma "interna" e do adulto, "um funcionário do Internato". Se o espaço é construído, ele também constrói, através de interdições, de permitir comunicações ou de obrigar a isolamento. (Augras, 1981: 41).

3.3 - Educandas e Educadores

No Educandário convivem dois grupos diversos de indivíduos: o das internas e o dos funcionários. Esta divisão é apontada por Goffman, como uma das características das instituições totais:

> "Nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar o grupo dos internados e uma pequena equipe de supervisão. Geralmente os internados vivem na instituição e tem contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes; a equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia e está integrada no mundo externo." (Goffman, 1974: 18).

Internas e funcionários do Instituto não formam blócos homogêneos, apresentando diferenciação e subdivisão.

3.3.1 - As Internas

Este grupo, composto de cerca de duzentas meninas e adolescentes, era dividido, para efeitos administrativos, em dez subgrupos, com cerca de vinte indivíduos em cada um destes, identificados por uma numeração (1 a 10).

Pertencer a um grupo, significa para a interna, entre outras coisas, partilhar o seu cotidiano (dormir, acordar, banhar-se, executar as tarefas) em locais e horários comuns, e principalmente, significa estarsob o cuidado, vigilância e responsabilidade das mesmas pessoas — as Auxiliares de Ensino que se revezam por Turnos.

Para a administração do Internato esta divisão (burocrática) significa uma facilidade na tarefa de vigilância e prestação de serviços a serem ministrados às internas. Desta forma os funcionários podem exercer um controle mais eficaz de acordo com uma racionalidade que reforça a hierarquia institucional,ao mesmo tempo que dela retira seu sentido.

Embora o critério utilizado para a formação dos grupos fosse a faixa etária, somavam-se a este, outros, mais subjetivos e não menos efetivos. Segundo uma das Auxiliares de Direção, também encarregada da organização dos grupos[1], além da idade, - certos aspectos tais como, responsabilidade, maturidade, deficiência mental ou física, comportamento diferenciado, eram também considerados. Desta forma, podia ocorrer que meninas portadoras de algumas dessas características acima descritas viessem a ser deslocadas para grupos de faixa etária menor.

[1] As Supervisoras das Auxiliares de Ensino também participam desta tarefa, que repete-se a cada começo de ano.

Cumpre lembrar que de acordo com informações dada pela Diretora cerca de 30% das internas sofria de algum tipo de deficiência física e/ou mental.

Além desta organização das menores em grupos determinados pela Administração havia ainda outros de responsabilidade dos setores técnicos ou do Conselho de Representantes, sobre o qual falaremos adiante.

As internas freqüentavam quatro escolas da comunidade[1], onde cursavam as oito séries do 1º grau. Aquelas que apresentavam alguma dificuldade ou lentidão acentuada de aprendizagem eram colocadas em Classes Especiais existentes nas escolas.

Duas internas cursavam o supletivo (alfabetização) à noite e uma fazia a 2a. série do 2º grau numa Escola Estadual situada em bairro distante.

Apenas cerca de treze internas não recebiam atendimento escolar. Os motivos iam da falta de vagas após o início do ano letivo para internas transferidas de outras unidades da FEEM, à lotação esgotada das Classes Especiais das escolas da Rede Estadual e Municipal.[2]

Com a freqüência às aulas fora do Internato, surgiam novos grupos de meninas, devido a companheiragem das classes ou turnos que freqüentavam em comum.

---

[1] São escolas municipais e estaduais situadas no mesmo bairro ou em bairros vizinhos.

[2] As Escolas da Rede Estadual não aceitam, devido a idade, alunas nos cursos diurnos de alfabetização que passa a ser oferecido de noite (Supletivo).

A grande divisão das alunas que freqüentavam turnos de aulas diferentes, estreitava a convivência, dentro do Internato, entre as alunas de um ou outro turno.

Na programação escolar interna da Casa, realizada pelo Setor Pedagógico da Instituição, existiam as aulas de Estudo Dirigido (1 hora por dia) que representavam um reforço ao aprendizado escolar e, ainda, os Cursos de Manualidades visando atingir a objetivos profissionalizantes, através do aprendizado de Artezanato, Corte e Costura, Salão de Cabeleireiro e Culinária.

A divisão das internas por Cursos era feita por escolha própria. Esta livre escolha ocasionava o aumento de procura para os Cursos mais atrativos, levando à limitação nas vagas existentes. Esta dificuldade era contornada através de critérios de seleção, como o oferecimento da vaga às alunas que não tivessem feito o curso no ano anterior ou o uso de critérios como os de "responsabilidade" e "idade".[1] Quando a opção da aluna fosse por um Curso onde não existissem vagas, ficava esta sem cursar nenhum, existindo 18 internas nesta situação.

As aulas do Estudo Dirigido eram freqüentadas por alunas que estão no mesmo nível de escolaridade.

As alunas mais novas e as alunas das classes especiais - (excepcionais) recebiam também um atendimento ligado ao Setor Pedagógico: é a Recreação, que era dada em uma das salas do Se

---

[1] Aqui parece repetir-se o mesmo critério usado na divisão dos Grupos: ser mais responsável equivale a ser mais velha, ou seja, ter maiores regalias.

tor, sob orientação de uma funcionária, a Recreadora. Como modalidade inovadora passaram a serem aceitas internas classificadas como excepcionais, em turmas de Artezanato, com carga horária reduzida, durante o ano da pesquisa.

Outra forma de grupalização das meninas estava ligada a determinação dos setores técnicos em geral e dos específicos dos áreas de Psicologia e Psiquiatria.

Tratava-se da divisão de internas em grupos, cujos indivíduos necessitassem atendimento especializado no campo psicológico, psiquiátrico e/ou fonoaudiológico. Neste grupo estavam internas que apresentavam deficiência mental e outras que apresentavam distúrbios de comportamento, e/ou personalidade, considerados graves. O atendimento era feito em instituições conveniadas e, segundo a Psicóloga, existiam cerca de vinte internas neste caso e outras quarenta que, encaminhadas pela Equipe Técnica, aguardavam vagas de atendimento. Este ir e vir de um grupo de internas para o atendimento especializado levava as demais a reconhecê-las como um grupo à parte.

Além destes grupos formados por motivos administrativos e técnicos, apareceram, ao longo das pesquisas, outros, como por exemplo, o de Auxiliares-Mirins constituído por internas que, em troca de participação especial em rotinas de trabalho, adquiriam certas regalias, como a permissão de saída sem acompanhamento e outras. O primeiro grupo de Auxiliares-Mirins foi iniciado com doze internas, que foram consideradas pelo Conselho de Representantes da Casa como as mais responsáveis ou merecedoras dentre as mais velhas.

Este Grupo selecionado pela equipe dirigente (englobando funcionários e direção) foi colocado, por força dos critérios de seleção adotados, numa posição especial em relação aos demais.

Torna-se identificável, então, o topo de uma hierarquia (não reconhecida oficialmente mas alimentada por mecanismos oficiosos) existente entre as internas. No Educandário, pertencer a um determinado Grupo, ou encontrar-se em nível de escolaridade, ou ainda, freqüentar certos cursos do Setor Pedagógico expressava um posicionamento numa escala valorativa, que determina o status da interna.

Isto parece ficar claro, pelo diálogo citado a seguir, que ouvimos em uma das aulas de Culinária, entre a instrutora e uma das alunas. Atendendo a solicitação da Instrutora a aluna deveria ler em voz alta uma receita. A menina leu com dificuldade o texto, soletrando quase, estancando sílaba por sílaba. A Instrutora interrompeu perguntando com um tom de voz mais alto:

- "Em que série você está?"

A menina baixou a cabeça. Em tom mais baixo a Instrutora voltou a perguntar:

- "Você sabe ler, não sabe?"

- "Eu tou na quarta série, tia!..."

- "Quarta série..." repetiu a Instrutora, num tom de quem acha que ouviu um mentira. As outras internas à volta começaram a rir. (Diário de Campo, 20/09/85).

Um outro aspecto pelo qual as meninas buscavam valorizar-se era por terem ou não uma família. A recomendação de não

usar a palavra "Orfanato" na frente das alunas, expresso pela Diretora é elucidativa à respeito.

Da mesma forma é a abolição do indicativo "abandonadas" nas fichas onde as Assistentes Sociais anotavam os dados pessoais das alunas, armazenadas em um fichário, do Setor de Serviço Social, não totalmente a salvo da curiosidade das alunas, enquanto que as referências sobre a situação de "assistidas" e "desassistidas" eram mantidas.

Ter uma casa, uma família ou mãe parece ser um dado de valorização para as internas. Numa ocasião em que um grupo delas conversava sobre férias, uma pergunta que fizemos a uma delas, sobre se teria uma casa para ir nas férias, foi respondida por uma outra, que em tom irritado disse:

> - "É claro que ela tem casa! Todo mundo tem casa! Todo mundo é filho de Deus!"
> (Diário de Campo, 21/10/1985)

3.3.2.- Os Funcionários

De acordo com os dados fornecidos por uma das Auxiliares de Direção, existia no Educandário um total de cento e quatro funcionários, sendo oitenta e cinco mulheres e dezenove homens.

Já à primeira vista sobressai a proporção de funcionários por internas, 1 para 2. Este número elevado de funcionários parecia preocupar alguns técnicos da FEEM, que viam nisso uma das irracionalidades do modelo de internamento, inclusive do ponto de vista do custo financeiro que tal situação representa.

Em contrapartida havia uma queixa constante entre as Auxiliares da Direção a as Supervisoras, quanto ao elevado índice de absenteísmo das funcionárias, particularmente das Auxiliares de Educação. Este absenteísmo era acrescido pelo grande número de funcionários afastados do serviço por licenças médicas, fundamentadas ou não.[1] Os motivos para tal situação são complexos e fogem aos objetivos desta análise.

Já sobre a questão da maioria de funcionários serem do sexo feminino, as pessoas responderam ser isto "natural" visto tratar-se do cuidado de menores do sexo feminino. Este fato foi aceito como de uso, embora não tenha sido possível verificar se existe alguma regra da FEEM à respeito.

De qualquer modo isto parece estar consoante com o que ocorre em outras instituições similares, já descritas por outros autores (Arantes, 1983: 4-7).

Para autores como Donzelot, que estudou o trabalho social no contexto francês, a presença maciça de mulheres desempenhando tal tipo de trabalho explica-se historicamente. "O dever da

> mulher pobre é diferente do dever da mulher rica, estando a primeira referida ao marido e aos filhos, Quanto a segunda lhe é conferido um papel expansivo, como missionária no campo das obras pias." (Arantes, 1983: 5).

Observamos que às funcionárias pertencentes às camadas sociais menos favorecidas e ocupando as posições mais baixas da hierarquia institucional, cabem os cuidados diários das crian-

---

[1] De acordo com a Psicóloga este problema é regularmente abordado nos Grupos de Discussão, com as Auxiliares de Educação, que coordena em conjunto com as Assistentes Sociais.

ças internas, de certa forma semelhantes as tarefas desempenhadas pelas mães, enquanto as técnicas de nível superior, pertencentes à classe média, são as detentoras do discurso assistencial que mantém as internas dentro dos padrões estabelecidos.

As auxiliares de educação formavam o maior grupo ou categoria, de funcionários da Casa.[1] Esta categoria era a que mantinha contato mais estreito com as crianças, devido à natureza de seu mister, ou sejam, tarefas de fiscalização, supervisão de atividades, dispensação de material (como a roupa limpa por exemplo), acompanhamento das internas mais novas nas saídas para aulas ou outros fins, e tudo o mais que estivesse relacionado com o cotidiano da interna.

Cada Auxiliar de Educação era responsável por um dos dez grupos em que estavam divididas as internas, durante sua jornada de trabalho, sendo substituída a cada mudança de turno.

Apesar do nome Auxiliar de Educação[2] sugerir uma subordinação desta categoria ao Setor Pedagógico, na verdade tal não ocorria, como fez questão de lembrar a Especialista em Educação. (Diário de Campo, 3/7/85).

As Auxiliares de Educação eram fiscalizadas por funcionárias chamadas Supervisoras. Estas, antigas Auxiliares de Educação, promovidas à critério da direção, representavam o elo de

---

[1] Não foi possível estabelecer-se o número exato dessa categoria, que parece beirar o de trinta e cinco indivíduos.

[2] As Auxiliares de Educação são o que se chama em outras instituições, de atendentes. Correspondem as Inspetoras, do tempo do Preventório e Orientadora de Menores, do tempo da FLUBEM.

ligação entre a Diretoria e as Auxiliares de Educação.

Evidenciava-se, portanto, a existência de uma cadeia hierárquica, que articulava a Direção (Diretora e Auxiliares de Direção), às supervisoras, estas às Auxiliares de Educação, que por sua vez controlavam diretamente as internas.

A importância das Supervisoras dentro do Educandário se evidenciava nas ocasiões (feriados, fins-de-semana) em que não se fazia presente a Direção, quando elas respondiam pelos acontecimentos ocorridos. A Direção tomava conhecimento das ocorrências, não só diretamente através de observação e conversas, como pela leitura das anotações feitas no Livro de Ocorrências existentes sob a responsabilidade da Supervisora.

Os técnicos de nível superior, em número de 8, constituíam outra categoria de funcionários. Sua inserção no quadro funcional ocorria de forma a garantir-lhes uma posição privilegiada na hierarquia. Primeiramente, eles coordenavam, fiscalizavam ou orientavam o trabalho de outros funcionários que lidassem diretamente com a criança, como no caso da Especialista em Educação (que coordenava as professoras e instrutoras); ou dos que, com seu trabalho, beneficiavam ou atendiam às necessidades da criança, como no caso da Pediatra, que lançava mão de Auxiliares de Enfermagem para realizar sua tarefa.

Além disso, em certas situações, os técnicos colocavam-se como interlocutores de familiares de internas, de membros da comunidade e de outras instituições, em nome da Casa, e da interna. Era nesta condição que a Especialista em Educação dirigia-se às Escolas da Comunidade, representando as internas e o

Internato em Reuniões de Pais e Responsáveis, ou ainda que, a Psicóloga mantinha contato com as suas colegas das instituições conveniadas, que atendiam algumas internas. E finalmente, era a eles que a Direção recorria no caso de ser necessário o envio de alguma informação sobre a interna, visando atender a alguma necessidade ou processo administrativo, por exemplo, no caso de laudos em que a transferência da interna era pedida.

O Internato funcionava portanto de acordo com uma organização funcional hierarquicamente estabelecida, muito embora não se tenha podido localizar durante a pesquisa um organograma ou equivalente.

Independentemente da organização interna dos funcionários da Casa, havia uma subordinação dos mesmos à organização da FEEM. Desta forma, da Diretora à Auxiliar de Educação, todos os funcionários dependiam da "Sêde", ou seja, da Administração Central da FEEM, onde eram traçados os planos e orientações mais gerais a serem executados em todas as Unidades. Também era na Sêde que se articulavam ou ratificavam promoções, nomeações, etc.

Durante a pesquisa foi observado que funcionários técnicos de nível superior da Sêde eram tratados por todos diferentemente dos da Casa, ou seja, com mais deferência.

Mas a figura que parecia ocupar o lugar de maior poder e autoridade, era a do Juiz de Menores. As ordens ou determinações do Juiz se sobrepunham as do Presidente da FEEM e da Diretora da Casa.

Diversas vezes foi possível assistir conversas, durante a pesquisa, em que se dizia, encerrando o assunto: "É ordem do

Juiz!"

Os técnicos, assim como a Diretora, são responsáveis perante ao Juiz pelos acontecimentos com as Internas da Instituição.

3.3.3 - Internas e Funcionários

A grupalização das internas de acordo com critérios administrativas ou técnicos, interferia diretamente no surgimento e desenvolvimento das escolhas afetivas das internas, na medida em que implicava uma maior convivência entre algumas delas.

De qualquer modo, ao longo da pesquisa, observou-se díades ou pequenos grupos de internas, freqüentemente juntas conversando ou brincando. Alguns destes relacionamentos, no entanto, pareciam ser de breve duração. Esta brevidade e a afirmativa citada a seguir, que freqüentemente era ouvida, sugere uma relativa superficialidade nestas escolhas:

> - "Eu não tenho amigas, tia. Só colegas!"
> (Diário de Campo: 28/5/85).

Havia também algumas díades mais estáveis, sendo comum nestes casos que uma das internas apresentasse alguma deficiência ou fosse mais dependente. Entre as mais velhas parecia haver, de todo modo, uma maior constância nas relações de companheirismo, sendo as duplas e pequenos grupos delas mais constantes e duradouros.

Já da parte das internas para as funcionárias era comum que as primeiras realizassem escolhas afetivas de alguma destas, em particular, à quál passavam a chamar de "mãe". Durante a pes

quisa, toda vez que uma interna era vista mais freqüentemente na companhia da pesquisadora, outras vinham perguntar se esta era "mãe" daquela, às vezes, a própria interna transmitia a pergunta à pesquisadora (Diário de Campo: 20/9/85).

A expressão pelo qual algumas internas designavam esse vínculo mais forte entre a interna e uma funcionária, era "ser fifi de". Certa feita uma adolescente abordou a pesquisadora - dizendo:

> - "Você tem fifi, tia?"
> - "O que é fifi?"
> - "É assim tia, você prefere aquela menina. Ela diz que é sua filha. É fifi. Pra não dizer filha..." (Diário de Campo: 11/8/85).

Estas escolhas muitas vezes pareciam não ser desestimuladas pelas funcionárias, embora aparentemente existisse um consenso oficioso de que tal tipo de coisa não devia ser aceita, ou seja, as internas deviam ser desestimuladas de chamar alguma funcionária de mãe. Tal contradição se encontrava muitas vezes em uma mesma funcionária, que verbalizava uma condenação de tal prática mas ao mesmo tempo não conseguia fazer com que determinada interna parasse de chamá-la de mãe.

De modo geral, estas escolhas das internas recaiam indistintamente sobre qualquer categoria funcional, de Técnicas a Auxiliares de Educação. E também, comumente as funcionárias realizavam escolhas, havendo sempre alguma interna ou um pequeno grupo delas de quem as funcionárias diziam se sentir mais próximas, ou gostar mais, mesmo quando não admitissem o emprego do

termo "mãe" por aquelas.

O emprego pelas internas da palavra "tia" (o) para nomear os adultos era generalizado no Educandário. Particularmente são chamadas de "tias" as Auxiliares de Educação, mesmo por alguns dos outros funcionários, sendo comum o emprego da expressão "as tias" para referenciar a categoria das Auxiliares de Educação como um todo.

Como eram "as tias", as funcionárias que estão em contato mais estreito com as internas no cotidiano, algumas delas pareciam estar muito conscientes de sua função como fundamental ao processo institucional, aproveitando toda ocasião disponível para lembrar aos interlocutores que elas "sabiam mais" que qualquer um sobre as internas. Como afirmou, em certa reunião de funcionários e internas, uma delas:

> - "Tudo delas é com a gente." (Diário de Campo, 22/5/85).

Não obstante, parecia existir entre algumas funcionárias um projeto de ascenção funcional que se evidenciava por uma volta aos estudos, para obtenção de diploma de formação universitária. Durante a pesquisa, soubemos por informação de uma funcionária que quatro cõlegas "faziam Faculdade".[1]

Além disso, uma Auxiliar de Educação já diplomada havia cerca de 4 anos, em Serviço Social, conseguiu ser aprovada em concurso interno, sendo promovida a técnica. Embora muito querida por todos, não conseguiu, no entanto, ser aproveitada como As-

---

[1] Duas fazendo Psicologia, uma fazendo Educação e uma quarta cursando Biologia, embora sua primeira opção tenha sido Psicologia.

sistente Social da Casa tendo sido lotada pela Administração da FEEM em outra Unidade.

Uma das funcionárias que cursavam Psicologia, relatou espontaneamente que mesmo estando ainda no primeiro ano do Curso, já sentia mudanças para melhor no seu modo de compreender as internas. Achava-se mais compreensiva e,ao mesmo tempo,mais apta a reconhecer alguns problemas e necessidades daquelas. Além disso, informou que as próprias internas lhe haviam dito, por iniciativa própria, que ela estava diferente, mudada, depois de iniciar o Curso.

Esta funcionária, com dez anos de trabalho com crianças, não parecia no entanto valorizar sua experiência e conhecimento adquirido pela prática. Colocava todo o valor na aprendizagem formal escolar, e só a partir da colocação da pesquisadora é que pareceu atinar com o fato de que tanto a Faculdade estava lhe transmitindo novos conhecimentos, quanto seu próprio conhecimento prático favorecia o seu processo de aprendizagem.

Tal ocorrência aparentemente sugere a hipótese de uma maior valoração dos conteúdos adquiridos na aprendizagem formal de uma profissão (portanto de uma prática e de um discurso),que aqueles adquiridos ao longo de anos de trabalho e prática. Essa hipótese fica tanto mais plausível na medida em que se observa que a Instituição privilegiava os técnicos de nível superior, que recebiam maiores salários por menos número de horas de trabalho mensal, e ocupavam uma posição hierarquicamente superior na sua estrutura de funcionamento.

Durante o período deste estudo estava ocorrendo uma série

de mudanças nas relações institucionais. Estas visavam uma melhoria do funcionamento e da qualidade do atendimento prestado às internas. Foi prpposta a criação do Conselho de Representantes, que deveria reunir-se semanalmente durante duas horas em uma das salas do Prédio Central. O Conselho foi formado por representantes das internas (3 do grupo das mais velhas) e dos funcionários (de modo geral, um por setor, dois pelo setor de Auxiliares de Educação e uma das Supervisoras).

Este Conselho foi criado pela intervenção de técnicos da Séde, que supervisionavam e orientavam (fiscalizavam) o trabalho médico, social e psicológico desenvolvido nas Unidades.

Nas reuniões do Conselho eram discutidos assuntos referentes às internas, aos funcionários, às condições materiais da Casa, às relações com as demais Unidades da FEEM, com outras instituições, com membros da comunidade e com o(s) Juizado(s) de Menores. Nele eram votadas soluções e propostas para os problemas do funcionamento do Educandário, tentando-se estender as responsabilidades a todos os representantes e,por extensão, à toda a Casa.

Muito embora estivesse sugerida na proposta do Conselho, uma democratização das relações e mesmo uma abertura do Internato, nem todos pareciam vê-lo de modo positivo. Chegada a hora da reunião,era possível testemunhar-se expressões irônicas por parte dos funcionários que a ela não tinham acesso (Diário de Campo: 05/11/85). Já outros pareciam vê-lo como mais importante e mesmo valorizá-lo , apesar de por vezes demonstrarem desânimo após algumas reuniões pouco organizadas, em que se perdia com

freqüência a seqüência dos assuntos, não se chegando a conclusão alguma (Diário de Campo: 29/10/85). Ocorria também entre alguns a denominação da reunião do Conselho como "a reunião do pessoal da Sede". E para outros, finalmente, as reuniões do Conselho eram as reuniões onde se discutia a permissão de namoro das internas.

Partiu do Conselho a resolução de criar-se os Grupos de Auxiliares-Mirins, já citados. As regalias, suas componentes foram adquirindo aos poucos, em troca da prestação regular de algum tipo de trabalho na Casa: eram estas o direito de passearem sós aos domingos por algumas horas e mais tarde receber namorados ou colegas (grupos de 3), durante algumas horas da tarde de sábado (mediante combinação anterior com a Diretoria e que entrevistaria os namorados) no pátio frontal.

O Conselho e seu principal fruto, o Grupo de Auxiliares - Mirins eram ainda uma realidade muito nova quando do fim da pesquisa, de forma que tornou-se difícil uma análise mais aprofundada de sua influência na dinâmica da Casa. Foi observado, de todo modo, que a aceitação pelas internas dos Grupos de Auxiliares-Mirins nem sempre foi positiva[1]. Certo domingo, logo no início do funcionamento do Grupo, foi ouvida a conversa de duas internas, que se queixavam em voz alta ao verem 3 Auxiliare-Mirins se dirigindo ao portão, prontas para sair:

- "Ih! Eu também trabalho. Por que que eu não saio?"

---

[1] Mais recentemente, tivemos informações de que o Conselho estaria muito esvaziado, limitando-se a discutir questões ligadas às internas. Isto se deve, talvez, a uma mudança na Presidência da FEEM.

E referindo-se às roupas que aquelas usavam, bem mais coloridas e "na moda" que as roupas da maioria das internas[1] denunciavam.

> - "Ih! Tudo roupa das tias! Pensa que eu não sei? Foi a tia X que emprestou esta calça. Não é nada dela..." (Diário de Campo: 22/09/85).

Na verdade, as Auxiliares-Mirins se aproximavam muito, se não de todas, de muitas "Auxiliares de Educação" e funcionárias na medida em que passavam a ajudá-las regularmente em seus trabalhos diários. Naturalmente, algumas delas as recompensavam de maneiras variadas, sendo bem possível que uma destas fosse o empréstimo de roupas para passeio. Por outro lado, não deixa de ser verdade que todas as crianças de modo geral praticavam algum tipo de trabalho (varrer o patio, arrumar sua cama, etc.) - de acordo com a escala estabelecida entre as Auxiliares de Educação (cada dia um Grupo e a respectiva Auxiliar responsabilizando-se por uma tarefa diferente, já que na Casa não existiam faxineiras ou serventes).

O diálogo acima expressa aparentemente não só um protesto contra a regalia dada a uns em detrimento de outros, mas também lança mão do desmascaramento da verdade rebaixando o ou-

---

[1] As internas têm uniforme (short e blusa de pano, confeccionados na Costuraria, geralmente sendo o primeiro cinza ou azul, e a segunda sem manga, nem gola, de pano xadrez azul e branco ou vermelho e branco) para ficarem no Educandário, uniforme da Escola e roupas comuns, que podem ser de passeio, ou não. Geralmente é estimulado (ou mesmo exigido) delas que troquem de roupa assim que chegam da Escola, para tê-la limpa no dia seguinte. Algumas "tias" cuidam para que a interna, especificamente as mais novas, não usem suas melhores roupas, as "de passeio", no dia-a-dia, reservando-as para ocasiões especiais.

tro para uma situação em que se iguala a quem denuncia. Outros mecanismos também eram usados em situações de confronto ou protesto.

O primeiro era o silêncio, usado fundamentalmente quando o lugar ocupado na hierarquia pelo funcionário ou interna, a quem se estava contestando, fosse mais alto ou que ele fosse percebido como mais distante. Outro mecanismo era a ridicularização do indivíduo através do emprego de apelidos[1], geralmente nunca na presença do atingido, mas comumente perto a um grupo de internas, que servisse como platéia. Também era comum o emprego de uma repetição constante de um pedido caso ele tivesse sido negado. Assim, certa feita, uma interna que queria dinheiro para comprar açúcar, repetiu sem interrupção com a mesma voz monótona, por 20 minutos, pelo menos, o seu pedido seguido de uma acusação:

- "Dá, tiaaa... É ruim! A tia é ruim!"

Além disso quando a autoridade de uma "tia" se fazia sentir de forma indesejada, buscavam fugir à ordem recebida, respondendo com alguma alegação dita em voz rápida, como se da rapidez de fazê-lo dependesse a sua efetividade:

- "Vamos para dentro", ordenou a "tia".
- "Eu tou conversando, com a tia!", respondeu a menor".

(Diário de Campo: 6/10/85)

Finalmente, em último caso, a interna lançava mão de um

---

[1] Existem situações em que os apelidos são empregados até carinhosamente, e há internas que não atendem pelo próprio nome somente se lhe chamam pelo apelido. (Diário de Campo: 6/10/85)

conjunto de formas de contestação e protesto, alegando que a Casa era uma prisão, que estava caindo aos pedaços, que aquela pessoa não era sua mãe ou parente, usando um apelido desagradável ou ofensivo para a pessoa e em raras situações passando para a resistência física ou ataque.[1]

Tais formas de resistência, se não totalizam todas as possíveis, expressam o que foi observado em embora não seja objetivo deste trabalho analisá-las em profundidade, parece importante sua enumeração, visando dar uma visão panorâmica de como se desenrolam as relações entre as internas, ou educandas e suas educadoras, as funcionárias.

3.4 - O Tempo

O dia-a-dia no Internato transcorria de acordo com uma sequência rotineira de atividades , alterando-se raramente, e apenas em ocasiões extraordinárias.[2] Normalmente, a rotina era quebrada apenas pela chegada do fim-de-semana e das férias escolares.

O horário em que as atividades do dia-a-dia eram realizadas, era comum a todos ou a grupos inteiros de indivíduos. Não havia, por princípio, o respeito aos desejos, necessidades ou características individuais. Na Casa, todos faziam coletivamente, ao mesmo tempo, e sob uma autoridade, diferenciada de acordo com uma rede hierárquica, o que havia de ser feito, o que a

---

[1] Somente em relação a uma menor observou-se tal acontecer.

[2] Por exemplo, quando de uma greve de funcionários, ou de uma festividade ou passeio inesperado.

caracteriza como instituição total de acordo com a conceituação de Goffman (Goffman, 1974: 17).

A seguir, são apresentadas algumas das atividades diárias, vividas por internas e funcionárias na Casa, visando exemplificar o que foi dito acima.[1]

3.4.1 - Acordar / Dormir

As internas acordavam (rotineiramente) durante os dias da semana do período escolar, por volta de 5 horas e 30 minutos, e se deitavam para dormir, em horários que variavam de acordo com suas idades: por volta de 19 horas, as mais novas e das 21 horas, as mais velhas. Nos fins-de-semana lhes era permitido, acordarem mais tarde, cerca de 7 horas, e se deitarem por volta das 22 horas.

Eram as "tias" que fiscalizavam estes horários, acordando as internas que não o fizessem sozinhas, e mandando-as para as suas camas na hora de dormir. As encarregadas desta primeira obrigação eram as "tias" que trabalham no turno noturno que terminava às 6 horas da manhã, sendo auxiliadas aos sábados e domingos pelas "tias" do primeiro turno, que se iniciava às 6 horas. As "tias" do segundo turno se encarregavam da fiscalização da hora de dormir.

---

[1] Os horários apresentados a seguir foram obtidos junto a uma das Supervisoras (Diário de Campo: 9/7/86) e da Especialista em Educação (Diário de Campo: 3/7/86).

3.4.2 - Vestir-se/Fazer a higiene/Cuidar-se

Ao acordar as internas tomavam banho e se vestiam, colocando a roupa de uso diário (uniforme do Internato ou roupa comum[1] ou o uniforme da Escola, de acordo com suas ocupações a seguir. Estas atitivdades eram feitas dentro de determinado horário sob fiscalização das "tias", nos casos das internas mais novas, ou deficientes.

Ao longo do dia as "tias", responsáveis por estas últimas principalmente, chamavam as que freqüentavam a Escola em outros turnos, para que se trocassem, colocando o uniforme de colégio quando fosse chegada a hora. No retorno da Escola, as internas deviam retirá-lo colocando novamente seus uniformes do Internato, ou roupas comuns, e as que não o fizessem espontaneamente eram chamadas a atenção pelas "tias", e ordenadas a fazê-lo.

Ao fim da tarde antes da última refeição as internas tomavam banho novamente.

As internas em sua maioria apresentavam vaidade e gosto por enfeites. Era comum ao longo do dia assistir-se no pátio, durante horas vagas, uma penteando outra, fazendo tranças e outros penteados. Particularmente durante os domingos era comum que algumas estivessem vestidas de forma mais elaborada, com baton nos lábios, e com muitas bijuterias como brincos, pulseiras e

---

[1] Cada interna tem um número em seus uniformes para facilitar o trabalho da funcionária da rouparia, que recebe a roupa limpa da lavanderia e as repassa às "tias", após tê-las separado em montes individuais, e colocado estes em sacos para cada um dos 10 Grupos. Além das roupas fornecidas pelo Internato, têm algumas peças dadas por familiares, funcionários ou doações recebidas pela Casa e distribuída pelas Auxiliares de Direção.

anéis. Demonstravam grande apreço por estes enfeites, sendo comum a sugestão de recebê-los como presentes.

Afinal, é através do uso destes objetos que as internas conseguem marcar uma diferença em relação as suas colegas e assegurar uma certa individualidade.

3.4.3 - Alimentar-se

As refeições dentro do Internato eram feitas no Refeitório segundo horários rígidos. Eram ao todo 4 refeições por dia. Café da manhã, almoço, lanche e jantar. A primeira, servida entre 6 horas e 15 minutos aproximadamente até as sete horas e trinta minutos; a segunda, entre onze horas e doze horas e trinta minutos; a terceira, entre quatroze horas e trinta minutos e quinze horas e a última, entre dezessete horas e trinta minutos e dezoitochoras e trinta minutos.[1]

Nunca foi observado ao longo das visitas ao Educandário resistência ou recusa das internas em dirigir-se ao Refeitório na hora das refeições, embora aparentemente algumas preferissem não lanchar. No entanto, foram ouvidas, no Conselho, informes - sobre queixas de internas ou discussões destas com funcionários da Cozinha por causa da comida. Particularmente, quando era servido coração de boi ou outro tipo de alimento que não gostassem.

A Diretora orgulhava-se, aparentemente, de conseguir com

---

[1] Excessões eram feitas para aquelas internnas que sabidamente não teriam tempo de chegar da Escola a tempo do almoço e jantar, particularmente neste último caso, em que várias delas saíam as dezenove horas da Escola.

os recursos financeiros limitados que a Sede destina à Casa, dar uma alimentação que considerava completa, estando sempre incluído algum tipo de alimento de origem animal e não somente vegetais e cereais. Esta preocupação com a comida, por sinal, que não deve faltar, e deve ser suficiente para cada um, e equilibrada, *parecia ser fundamental para ela*[1]. (*Diário de Campo*: 15/5/86). Inclusive,durante a pesquisa, havia ocorrido uma visita de estagiárias com o intuito de realizarem pesquisa sob a orientação de uma Assessora da Presidência da FEEM que teriam insinuado a algumas internas que elas não se alimentavam em quantidade suficiente, provocando uma forte reação de repúdio nestas internas, segundo a Diretora, e também visivelmente, nela própria (Diário de Campo: 7/11/85).

À parte as refeições regulares oferecidas pela Casa, as internas também se alimentavam em suas Escolas, que oferecem a Merenda Escolar.

Mas, uma das características mais marcantes quanto a alimentação das internas referia-se ao seu gosto por doces, que pareciaser uma preferência generalizada entre elas. Mesmo as internas de mais idade parecem ter um incontrolável desejo de comer doces, balas e semelhantes. Várias vezes os pediam a pesquisadora, ou dinheiro para comprá-los. Na época do Natal observou-se uma das pessoas de um grupo religioso em visita à Casa tentar distribuir balas e ser quase submersa pelas internas,que

---

[1] O último diretor da Casa no tempo em que era Preventório e nos dois primeiros anos como Educandário, também orgulha-se de ter oferecido sempre alimentação adequada, farta e de boa qualidade para os internos.

se empurravam e gritavam tentando pegar as balas que a visitante resolveu jogar para o ar em uma tentativa provavelmente de sair do tumulto.[1] (Diário de Campo: 22/12/85).

Uma das formas de que as internas lançavam mão para satisfazer seu desejo de doces, é juntarem-se em pequenos grupos ou duplas e arrecadar dinheiro entre si com o fim de comprar algum doce a ser repartido, ou então, um quilo de açúcar e pacotes de suco de frutas artificial em pó (Q-Suco) que,misturados,eram divididos entre as "sócias" e consumidos com avidez, entre uma refeição e outra. Diversas vezes ouviu-se funcionários dizendo em tom de crítica ou acusação que as internas gastavam todo e qualquer dinheiro disponível com balas e outras gulodices desnecessárias.

3.4.4 - Estudar/Profissionalizar-se/Trabalhar

Os primeiros grupos, durante o dia, a saírem do Internato para a Escola, eram aqueles das internas que tinham aula das 7 horas às 11 horas ou das 7:30 horas às 11:30 horas. Algumas internas freqüentavam a Classe Especial em uma das Escolas que recebiam as meninas da Casa, no turno das 11:00 às 15:00 horas. A tarde, alguns grupos freqüentavam a Escola das 13:00 às 17:00 horas, e outras das 15:00 às 19:00 horas. Duas alunas, em situação especial freqüentavam o Supletivo cujas aulas iam das 19:00 às 22:00 horas (Diário de Campo: 3/7/85).

---

[1] É bem verdade que várias internas na ocasião apenas assistiam ao tumulto, criticando em voz alta a "falta de educação" das outras.

Os grupos das alunas mais novas ou daquelas ainda nas quatro primeiras séries do primeiro grau freqüentavam a Escola que fica no mesmo quarteirão do Internato. Devido à proximidade da escola as internas iam e voltavam a pé, em grupos acompanhadas por uma "tia". As meninas de classe especial que estudavam em Escolas mais distantes eram levadas na Kombi do Educandário, sempre na companhia de uma "tia", além do motorista. Aquelas que já cursavam as quatro últimas séries do primeiro grau e as que estavam no Supletivo, iam e voltavam sós, normalmente, de ônibus de linha regular[1], (que passava na porta da Escola e na do Educandário) e eventualmente a pé, embora a distância seja relativamente grande (cerca de 1 km).

Os dois primeiros grupos, como iam e voltavam da Escola, na companhia das "tias", obedeciam a horários muito rígidos de saída e chegada, não dispendendo mais que o tempo necessário na locomoção entre um lugar e outro. O último grupo já não obedecia tão rigidamente o horário de ir e vir da Escola. Segundo a Especialista em Educação, embora elas, via de regra, não se atrasassem muito para voltarem ao Internato, isto acontecia algumas vezes, principalmente devido a dificuldade que tinham em fazer com que os motoristas do ônibus parassem nos pontos para pegá-las, o que as forçava a voltarem a pé para que não se atrasassem muito. Por outro lado mesmo quando não havia as últimas aulas do dia, fosse por falta de professor, fosse por outro

---

[1] Como a empresa é estatal elas têm direito a viajar sem pagar a passagem, já que estão com uniforme escolar de escola pública.

[2] Os motoristas ao verem apenas adolescentes e alunos uniformizados nos pontos, sem outros passageiros pagantes e adultos, dificilmente se detêm para pegá-los.

motivo, elas prefeririam não voltar logo ao Internato, ficando na Escola, ou voltando a pé sempre em grupo,lentamente, aproveitando o tempo que tivessem disponível até a hora de chegada prevista. Este tipo de prática, no entanto, era normalmente omitido aos funcionários, que dela só tomavam conhecimento por outras internas ou por pessoas da Escola.

Além da Escola externa, as menores tinham aulas ministradas pelo Setor Pedagógico da Casa, como já foi mencionado. Dessa forma, antes ou depois das quatro horas de aulas regulares, freqüentavam por uma hora o Estudo Dirigido e por mais duas ou três horas algum dos "Cursos" do Setor (no caso das alunas mais novas ou excepcionais, a Recreação).

Muito embora, todas que freqüentassem a Escola devessem freqüentar o Estudo Dirigido, constatou-se que havia um grande número de faltas, sob os mais variados tipos de alegações, protestos e desculpas. Alegavam que já assistiam aula fora do Internato, não precisando fazê-lo em seu interior. Ou, então, recusavam-se a permitir que a professora desenvolvesse qualquer outra atividade que não fosse a de ajudá-las a fazerem o "dever-de-casa", ou a estudarem para alguma prova. Principalmente,quando as professoras tentavam (de acordo com orientação da Especialista em Educação) encaminhar discussões e conversas, em grupo, sobre o Internato, ou sobre elas e suas vidas. Contrapunham que ali era lugar para estudar e não para conversar ("conversa fiada"). (Diário de Campo: 03/7/85).

O número elevado de faltas às aulas de Estudo Dirigido não significava que todas que o fizessem deixassem de realizar suas tarefas "de casa". Muitas os faziam no Pátio, de acordo com a

oportunidade que tivessem de pegar seu material escolar, que ao chegar da escola era posto nos armários individuais nos Pavilhões, ficando, portanto, fora de alcance a não ser que uma "tia" permitisse o acesso a este material.

Já quanto aos Cursos, não parecia haver tantas faltas, pelo menos nos cursos mais procurados - Culinária e Artezanato. No Curso de Corte e Costura ocorria, também, o mesmo problema de faltas.

É possível supor que um dos motivos da falta aos Cursos, assim como da procura na época de matrícula mais acentuada por uns em detrimento dos outros, se ligasse à remuneração oferecida por estes. Quando os produtos confeccionados pelas internas nos Cursos eram vendidos, parte do dinheiro desta venda revertia para elas. Esta prática também conhecida por SESPE (Sistema de Estímulo ao Serviço Prestado pelo Educando), era realizada em todas as Unidades da FEEM, sendo pré-estabelecido que 60% do valor arrecadado com a venda do produto revertèria para o interno, 20% serviria para a compra de novo material e os outros 20% iriam para um fundo comum servindo à aquisição de algo para as Unidades ou para o Curso.

Na medida em que a produção do Curso de Culinária era vendida imediatamente após sua confecção (almoço no Curso da manhã que era vendido aos funcionários interessados; salgados ou doces vendidos, à tarde, na hora do lanche), e que as peças do Artezanato e Corte e Costura só podiam ser vendidas nos Bazares, que se realizavam em períodos espaçados de tempo, o recebimento do pagamento se dava de forma muito diferente. As alunas do primeiro, recebiam a sua parte do rateio, em intervalos mais regula

res e menos distanciados; as outras, embora, geralmente, recebessem integralmente os 60%, por cada peça que tivessem feito sós, demoravam mais a receber (além de haver o risco de que a peça não fosse vendida nos Bazares).

Um outro aspecto dos Cursos, fundamental para uma compreensão ampla de sua inserção no projeto educativo da Casa, seria o da utilidade e efeitos futuros que pudessem vir a ter sobre a vida das meninas quando desinternadas. Ou seja, se estes Cursos representariam ou não uma profissionalização, de fato, e que tipo de profissão representavam.

Assim, poder-se-ia questionar se o aprendizado era oferecido de forma a permitir que as internas, no futuro, desempenhassem aquelas atividades de forma satisfatória. Uma outra faceta a ser questionada seria quanto ao tipo de profissão em que as meninas estariam sendo treinadas, ou seja, o fato de que eram de modo geral treinadas para serem cozinheiras, manicures, etc, que são profissões de pouco status social e econômico.

Alguns técnicos da Casa pareciam ver os cursos mais como uma ocupação do tempo das internas do que como uma tentativa eficaz ou bem sucedida de profissionalização, Outros já os defendiam como válidos e portadores de um significado maior que a simples ocupação do tempo daquelas e mesmo lutavam para firmar atividades como o "Salão de Cabeleireiro", e as aulas de dança que uma academia da comunidade oferecia gratuitamente a algumas meninas.

De qualquer modo, parecia ocorrer que, as internas da

FEEM[1], em geral, ao serem desinternadas, empregavam-se como domésticas, Esse tipo de trabalho era procurado, muitas vezes com o auxílio das funcionárias, entre outros motivos, por oferecer moradia à interna que ao sair do Internato não tinha para onde ir.

Além da preparação para o trabalho doméstico pelo Setor Pedagógico existia uma vivência, na prática, deste tipo de trabalho, comum a todas (ou quase todas) as internas. Isto ocorria, na medida em que, entre as rotinas a serem desempenhadas por elas, encontrava-se o desempenho das tarefas de limpeza e faxina das dependências do Internato. Além do que,várias das mais velhas lavavam suas roupas de sair e roupas de baixo, enquanto os uniformes e/ou roupa de cama iam para a lavanderia.

Este trabalho rotineiro de faxina era realizado nas horas vagas entre as refeições e as aulas externas e internas, de acordo com uma escala,como já foi dito, e sob a supervisão de uma "tia". A lavagem de roupa, individual era feita geralmente aos sábados, de acordo com informações obtidas em Reunião do Conselho (Diário de Campo: 6/8/85).

As tarefas desempenhadas pelas Auxiliares-Mirins a princípio eram feitas nas horas vagas, no entanto, no começo do sistema ocorreram algumas dificuldades para que algumas cumprissem o horário pré-estabelecido e ao mesmo tempo suas outras obriga-

[1] Na Casa propriamente, não se havia tido a experiência de desinternação e encaminhamento de uma interna ao mercado de trabalho, por esta ter atingido a maioridade, já que só a partir de 1984 se passou a atender a menores de mais de 14 anos. A informação sobre o encaminhamento das menores ao serviço doméstico ao serem desinternadas nos foi dada por técnicos com vivência em outras Unidades da FEEM.

ções de interna. Tais situações, às vezes, eram discutidas e solucionadas no Conselho.

Se as internas tinham horários de trabalho mais flexíveis, de acordo com a disponibilidade de seu tempo, o mesmo não acontecia com as "tias". Na qualidade de funcionárias, trabalhavam de acordo com horários pré-determinados, em 3 turnos: o das 6 às 15 horas, o das 15 às 22 horas e o das 22 às 6 horas. Folgavam a cada seis dias, conforme escala pré-estabelecida.[1]

Os demais funcionários, em sua maioria, trabalhavam durante os dias de semana cumprindo 40 horas. Os técnicos cumpriam apenas 30 horas semanais, durante a semana, havendo a previsão de que as Assistentes Sociais alternar-se-iam a cada quinze dias, nas tardes de domingo, para presenciarem a visitação de familiares das internas, folgando um dia da semana em contrapartida.

Em geral, o ritmo da jornada de trabalho dos funcionários (ou de grande parte) era determinado em função dos horários a serem cumpridos pelas internas, particularmente aqueles que lidavam diretamente com elas.

Além disso, o tempo de alguns funcionários na Casa era marcado pela participação em reuniões regularmente realizadas. Estas reuniões de Grupo eram de caráter variado, por exemplo, os técnicos realizavam uma Reunião dita de Equipe Técnica, onde seriam discutidos tecnicamente os casos das internas, as programações, etc.[2]

[1] Durante a pesquisa lutavam para voltar ao sistema de plantão de 12 horas por 36 horas.

[2] Não nos foi dado acesso a essas Reuniões e já ao fim da pesquisa, soubemos que havia algum tempo a reunião não se realizava.

Além destas, a Psicóloga e as Assistentes Sociais realizavam reuniões com as Auxiliares de Educação visando dicutir problemas de seu dia-a-dia, também semanalmente. Também haviam as reuniões realizadas pelas duas "tias" encarregadas dos Grupos de Auxiliares-Mirins com estas, aos sábados. E finalmente, as Reuniões do Conselho de Representantes.

3.4.5 - Adoecer/Tratar-se

Evidentemente em caso de emergência ou acidente, era prestado socorro imediato à interna na Enfermaria, ou se necessário fora da Casa. Os tratamentos regulares, do tipo psicoterapia ou outros, eram realizados em horários fixos e pré-estabelecidos.

Por exemplo, havia a hora para a troca de curativos, realizada na enfermaria, para aqueles que tivessem se machucado, é ao fim da tarde,entre o último banho e o jantar. Assim como havia horário para a medicação que fosse dada regularmente (anticonvulsivante, etc.).

Os atendimentos externos, de acordo com a Psicóloga, eram dos seguintes tipos: psicoterápico, fonoaudiológico, psiquiátrico e de reabilitação. Existiam 3 clínicas conveniadas que prestavam os três tipos de atendimentos citados primeiramente, e uma clínica-escola que prestava o do último tipo. As 3 primeiras atendiam semanalmente as internas, individualmente ou em grupo, no mesmo dia, a última atendia de segunda a sexta-feira das 8 às 12 horas.

Todas estas clínicas eram razoavelmente, ou muito distantes do Internato. As internas iam e vinham na Kombi da Casa na

em companhia do chofer e de uma "tia" ou de uma Auxiliar de Enfermagem, geralmente esta última.

O uso da Kombi como meio de transporte, no entanto, constituía-se em um problema na proporção em que, havendo, constantemente, falta de combustível e de dinheiro para adquiri-lo, freqüentemente as internas não eram levadas para tratamento. Em geral, o tratamento transcorria de forma irregular, devido às faltas excessivas.

3.4.6 - Descansar/Brincar/Comemorar

Durante as férias escolares, sábados e domigos as internas tinham bastante tempo livre, mas mesmo mesmo nesses dias os horários das atividades, que não as escolares, eram cumpridos.

No tempo livre, podiam usar o Pátio (como já foi dito) e também o Auditório.[1] Durante este tempo brincavam sós, ou em grupo, conversavam, nada faziam, ficando sentadas no chão ou nas escadas, ou então deitavam-se em qualquer lugar, principalmente no chão do Auditório.

As brincadeiras prediletas pareciam ser "pique", "pular elástico", "pular corda",[2]. Algumas (poucas) brincavam de bonecas em um canto da varanda do Pavilhão 2, que ficava isolado embora visível, ou lá ficavam sentadas se penteando, conversan-

[1] Não existiam "áreas de lazer" com bancos ou cadeiras. A grosso modo, não se poderia dizer que a interna só se sentava em cadeiras ou banco, quando estudando ou comendo.

[2] Brincadeiras infantis comuns, mas que realizavam comumente de acordo com regras próprias as internas, ou seja com variações em relação ao usual. Das internas eram extremamente ágeis e rápidas, principalmente no "pular elástico", com que realizavam muitos movimentos criativos.

do ou deitadas no chão. Outras (poucas também) tinham jogos[1] - (ludo, moinho), que, em algumas ocasiões, partilhavam com as demais. Um jogo muito comum era a "cama-de-gato" (feita com pequenos pedaços de barbante ou tiras de pano amarrados uns nos outros).

Mas, principalmente, as internas em suas horas de lazer pareciam apenas conversar ou simplesmente nada fazer.

Uma das ocupações das internas era assistir à televisão, principalmente no domingo durante a hora da visitação (Programa Silvio Santos geralmente) e também assistiam novelas de TV durante a semana (comumente perguntavam-nos o que achávamos desta ou aquela situação, ou qual a personagem que preferíamos nas novelas). As adolescentes verbalizavam várias fantasias a respeito dos heróis da TV. A televisão no entanto, só era ligada pelas "tias" dentro de certos horários (durante a semana, das 18 às 21 horas, aproximadamente).

Outra ocupação, mais recente, era escutar música com a aparelhagem de som que foi ganha de presente, no Natal de 85, e dançar. A aparelhagem era colocada no grande espaço vazio que existia no Refeitório.

Eventualmente era realizada alguma atividade recreativa - extraordinária. Havia shows e "concurso de calouros" improvisados em que as meninas se apresentavam no palco do Auditório cantando, dançando ou fazendo mímica enquanto as outras assistiam

---

[1] Algumas os recebem de familiares, mas comumente são presentes recebidos no Natal de pessoas ou instituições da comunidade que os doam ao Internato.

sentadas no chão. Geralmente, estas atividades eram organizadas por funcionária(s), particularmente as do Setor Pedagógico.

Ao longo da pesquisa, algumas datas foram comemoradas na Instituição com festas, por exemplo, o Natal quando houve um jantar festivo e outros tipos de comemorações, e na época das festas juninas aconteceu uma quermesse aberta à comunidade. O ritmo da Casa se alterava muito nessas épocas, particularmente, no Natal, quando um número maior de internas dentre as assistidas, eram levadas para casa da família, e várias atividades extraordinárias aconteciam como visitas de grupos externos, passeios, etc.

3.4.7 - Passear/Visitar/Saída de licença

Aos fins de semana era comum que as "tias" saissem com seus Grupos para pequenos passeios a pé pelas redondezas. Às vezes aos domingos levavam as internas que quisessem, à missa, na Igreja Católica mais próxima, no final da tarde.

Com certa regularidade (mais ou menos, uma vez por ano) uma das Professoras do Estudo Dirigido programava um passeio do imenso agrado das internas: a ida a um estúdio de TV para participar da gravação do "Programa do Chacrinha". Como havia uma limitação de número de internas que poderiam ir, eram escolhidas, além das alunas desta Professora, apenas algumas internas consideradas de "bom comportamento".

Este critério de "bom comportamento" para passear parecia ser comumente empregado, porque certa ocasião em que houve um

Festival de Música dos internos de diversas Unidades da FEEM, verificou-se que quase todas as meninas foram, menos algumas que não haviam se comportado "bem" nos dias anteriores e as deficientes com grande dificuldade de locomoção.

As Auxiliares-Mirins como recompensa por seu trabalho, como já foi dito, saiam sem as "tias", mas em grupos pequenos, Os seus passeios tiveram o horário acertado a partir de aprovação de proposta que elas próprias encaminharam ao Conselho. A princípio,ocorria das 16:00 às 19:00 horas dos domingos, mais tarde foi ampliado para das 15:00 às 20 horas. Meses após o seu início de funcionamento, o Grupo de Auxiliares-Mirins teve aprovada a licença para receber pequenos grupos de colegas e/ou namorados. O horário, assim como as regras, foram estabelecidos por elas e aprovados pelo Conselho: sábados das 18:30 às 20:30 horas.

Outro tipo de visitas eram recebidas regularmente na Casa: os familiares das internas. O dia em que isso ocorria era o domingo, das 15:00 às 17:00 horas. Se tivessem algo a resolver com os técnicos sobre seus filhos, os pais e responsáveis, vinham ao Internato durante o expediente dos técnicos.

Nos domingos eram recebidos ainda grupos de religiosos - (de denominações protestantes) que no Pátio faziam pregações e cantavam hinos para as menores que quisessem ouvir.

No Natal de 1985, vários outros grupos religiosos foram à Casa, levando pequenos presentes (balas, etc.), apresentando corais de músicas sacras, ou realizando brincadeiras e jogos. - Além deles apresentaram-se, nessa ocasião,outros grupos da comu

nidade, como um de teatro amador, que encenou uma peça. Ainda no Natal as internas foram convidadas, a irem até uma obra religiosa, espírita onde foram recebidas com uma refeição e presentes (bolas).

Nos feriados mais longos e nas férias escolares as internas,com família ou responsáveis, que quizessem (e tivessem permissão do Juiz para fazê-lo), tinham permissão de irem para casa, marcando-se com o técnico a data da volta, ou a data aproximada.

3.5 - As Visitas da Casa

O primeiro contato que tivemos com as internas ocorreu enquanto esperávamos na Varanda do Prédio Central sermos atendidas pela Auxiliar de Direção.

> "Um grupo de adolescentes estava no fundo da varanda. Uma delas saiu do grupo e veio correndo em minha direção dizendo às outras, enquanto o fazia:
>
> - Vou perguntar se ela veio da Suiça.
> Ao chegar próximo de mim perguntou:
>
> - A senhora veio da Suiça?".
> (Diário de Campo, 14/5/85).

Somente mais tarde pudemos entender tal situação, quando soubemos, através de uma das Assistentes Sociais, de um programa desenvolvido por uma Instituição Suiça que se propunha a adotar menores carentes. Cinco internas da Casa haviam sido selecionadas para este programa, e uma delas já havia sido levada, pela mãe adotiva, para o exterior.

Mais tarde várias meninas nos perguntaram em diversas oca

siões de quem éramos mãe, ou de quem éramos visita.

Tais indagações nos remetem de imediato a duas questões de peso na compreensão da rotina da Casa: a importância de ter uma mãe e a dos dias da visita.

Em seguida, apresentaremos primeiramente como se davam os contatos das famílias com o Internato e a seguir refletiremos sobre estes contatos.

3.5.1 - A visitação

As visitas de familiares ou responsáveis[1] às internas ocorria, como já dissemos, em horários pré-fixados (domingos de 15:00 às 17:00 horas).

A visitação ocorria de acordo com um ritual mais ou menos igual. Os visitantes apresentavam-se no portão, a uma funcionária ou interna mais velha que lá estava de plantão para recebê-los. Identificavam-se apresentando autorização escrita de uma das Assistentes Sociais[2], não sendo admitidas pessoas estranhas aos funcionários, que não portassem tal documento, mesmo se fossem o pai ou a mãe da menor. Então a funcionária interna que estivesse como "porteira", anotava em uma folha de papel o nome do visitante, seu grau de parentesco com a interna, e o nome da interna (ou das internas, no caso de tratar-se de duas ou mais irmãs).

---

[1] Também eram admitidas as madrinhas de batismo das internas. As menores abandonadas que vinham de Internato Religioso tinham geralmente madrinhas que as visitavam mesmo após terem ido morar na Casa.

[2] Os familiares que sempre visitavam as internas já eram conhecidos de todos, e obtinham ingresso sem apresentar documentos.

Mais tarde esta lista era entregue às Assistentes Sociais, que desta forma controlavam quais as internas que estavam sendo "assistidas" ou não pelas famílias. De modo geral, a média de visitantes era pequena oscilando em torno de 8.

Os visitantes ficavam no Pátio frontal em dias de sol e nas Varandas do Prédio Central e Sala de Ponto, se houvesse chuva. Dois ou três bancos compridos, sem encosto, eram colocados no Pátio ou na Sala de Ponto, para servirem às visitas. A observância da limitação de uso deste espaço era total. Apenas em duas ocasiões observamos a transgressão desses limites: quando uma irmã foi com as outras duas assistir à pregação religiosa nos fundos da Varanda (Diário de Campo, 22/9/86); e quando uma das mães foi até os fundos do Pátio à procura da Supervisora para pedir-lhe permissão para sair com a filha (o que lhe foi negado, aparentemente). (Diário de Campo, 4/5/86).

Os visitantes via de regra traziam algumas guloseimas para as internas: balas, biscoitos, frutas e refrigerantes. Tal tipo de oferenda já era esperado e geralmente consumido, na mesma hora, com voracidade. Certa feita assistimos uma interna que comia com avidez um grande pacote de biscoito e bebia o refrigerante (1 litro de Coca-Cola), concentrada, sem olhar para os lados, ou conversar, detendo-se só ao acabar com tudo, quando um grande sorriso estampou-se em seu rosto. (Diário de Campo, 3/11/85).

Em outra ocasião a visita pareceu transcorrer quase inteiramente em silêncio, limitando-se a interna a comer o que o pai lhe havia trazido, enquanto este escutava um rádio de pilha, com o olhar distante, sem olhá-la. (Diário de Campo; 22/9/85).

Algumas vezes a visita parecia transcorrer com muita conversa, ou troca de carinho, entre visitantes e internas, em outras, como as descritas acima, ocorriam longos silêncios entre eles, ou mesmo admoestações da parte dos adultos para que os menores não tentassem fugir, ou desobedecer às "tias", etc.

Na hora prevista, a Supervisora ou, no caso de ausência desta, uma outra funcionária, avisava as pessoas que a visita chegava ao fim. A maioria saía sem demora, e apenas uns poucos pareciam fazê-lo mais lentamente, como se tivessem dificuldade em separar-se das crianças visitadas.

Durante este período de visitação, freqüentemente as "tias" saíam com grupos de internas, que não recebiam visitas, para passeios pelas redondezas, de modo que a Casa ficava mais vazia do que em dias normais.

Por outro lado, era mais rígido que em dias normais o controle sobre as internas para que não transgredissem os limites do Pátio, além do Prédio Central. Se uma interna sem visita viesse para as partes frontais do Pátio imediatamente a "tia" - mais próxima, ou a Supervisora, ou então alguma interna a mando destas, vinha chamar. Este fato recebia a justificativa de que as internas sem visita não deviam atropelar a visita das suas colegas.

Insinuar-se em um grupo de visitante e interna, recebendo por vezes algo para comer ou apenas conversando, era chamado de "xepar a visita". A "xepa" era aparentemente menosprezada por algumas internas.

Em geral também era desencorajado pelas tias e criticado

pelas internas o comportamento "interesseiro" das internas que pedissem presentes ou doces e guloseimas às visitas. No entanto, os pedidos de tais coisas eram muito comum, generalizados mesmo.

Mas nem sempre os presentes trazidos eram deixados com as internas, sendo apenas lhes mostrados e levados de volta. Algumas famílias pareciam temer que ao deixarem algum presente para a filha, outras internas o tomassem, principalmente quando se tratasse de enfeite ou bijuterias. Outras lançavam mão de entregar o presente à criança na frente das "tias", responsabilizando estas últimas, que comumente não aceitavam tal encargo, por exemplo, pedindo às mães que levassem de volta o presente. (Diário de Campo, 3/5/86).

3.5.2 - Mães, funcionários e crianças

Durante a visita a Supervisora presente ficava perto do portão ou circulando pelo pátio, detendo-se para conversar com as famílias caso a chamassem, nunca interferindo nas conversas entre familiares e internas. No entanto, observamos que pelo menos duas "tias" tinham o hábito de abordarem as famílias fazendo comentários sobre o comportamento das meninas visitadas. Algumas vezes essas abordagens ocasionavam reações de irritação da mãe para com a filha, que era então repreendida. (Diário de Campo, 29/9/85). Também observamos que se conversávamos com alguma mãe, logo se aproximava alguma "tia". Em certa ocasião em que conversávamos com a mãe de uma interna, que falava sobre as funcionárias da Casa, esta ao ver uma "tia" aproximando-se, imediatamente dirigiu-se a ela dizendo que estava elogiando as técnicas da Casa. (Diário de Campo, 24/11/85).

Nas 13 visitas que realizamos ao Internato, em dias de visita, somente em duas ocasiões encontramos uma Assistente Social: em uma delas estava a "tia" que havia sido promovida a técnica, e aguardava a decisão sobre se ficaria ou não como Assistente Social da Casa (Diário de Campo, 13/10/85) e na outra, último domingo antes do Natal de 1985, lá encontrava-se uma das Assistentes Sociais da Casa (Diário de Campo, 22/12/85).

Os contatos das famílias com os técnicos durante o segundo semestre de 1985, aparentemente ocorreram fundamentalmente através de telefonemas ou de entrevistas realizadas durante o expediente regular. Não nos foi permitido observar as entrevistas de técnicos com mães, a não ser em situações em que tratava-se de breve contato, em que a mãe viesse só transmitir um recado, buscar ou deixar a filha no Internato em época de fim-de-semana e feriados ou buscar a autorização escrita para a visita dos domingos.

Em uma destas ocasiões nos foi possível observar a Assistente Social perguntar à mãe porque não desinternava a filha, já que relatava suas condições financeiras (2 cômodos alugados, aparelho de TV e emprego fixo em pequena indústria). Tal proposta foi veemente rejeitada pela segunda, que alegou não poder deixar a menina só em casa enquanto trabalhava.

Além desta observação, o Psiquiatra, que prestava assistência à Casa e a outras Unidades da FEEM, nos informou que a seu ver algumas famílias dos menores mantinham contato muito "cauteloso" com os técnicos para evitar que fossem levados a desinternar seus filhos, reassumindo-os. (Diário de Campo, - 5/3/86).

Mas certamente nem todas as famílias se posicionam da mesma forma frente aos técnicos, funcionários ou às crianças. Escutamos algumas mães que pareciam ver no Internato a esperança de uma educação melhor para a filha. (Diário de Campo, 01/12/86) ou de uma proteção contra ataques sexuais (Diário de Campo - 2/7/86), o que as faz posicionar-se positivamente quanto aos tecnicos e funcionários da Casa.

Da parte de algumas internas que possuíam família conhecida escutávamos várias queixas contra a internação. Aparentemente a desinternação era o seu desejo mais profundo. Por outro lado, algumas internas "abandonadas" não pareciam importar-se tanto com a internação, ao contrário pareciam realmente reconhecer o Educandário como sua Casa.

O desejo de ser desinternada e a valorização de ter ou não uma mãe e/ou família, não fazia no entanto com que a interna aceitasse estes últimos,de qualquer modo. De fato, fomos informados por uma "tia" acerca de uma mãe afastada há muito da filha, que surgiu subitamente para visitá-la mas vestida pobremente e sem asseio, acarretando violenta reação de repúdio da interna, que teria dito não ter "uma mãe preta assim"[1]. (Diário de Campo, 22/5/85).

Em suma as relações entre famílias e Internato parecem transcorrer de forma complexa e ambígua.

---

[1] Nós também ouvimos tal expressão de repúdio em outra ocasião em que internas conversavam entre si, e uma delas em resposta a outra dissera: "Ih! Eu não tenho mãe preta!". Muito embora ela mesma fosse negra. (Diário de Campo, 17/11/85).

Inicialmente, na internação são retirados ou suspensos os direitos da família sobre a criança, passando esta à autoridade do Juiz, que delega a responsabilidade de sua guarda, proteção e educação ao Internato, na figura de seus dirigentes, técnicos e funcionários.

Em seguida podemos lembrar que muito embora os discursos oficiais (leis, documentos, etc.) enunciem a importância capital da família que deveria ser fortalecida, ou auxiliada a incumbir-se da educação de seus filhos, na prática o que ocorre é muito diferente. A internação surge como a opção mais comum de assistência ao menor, e contribui para um afastamento crescente entre o menor e sua família.

No Internato tal situação fica exemplificada por várias das práticas enumeradas nas seções anteriores: visitas em horários fixos e limitados, não participação da família no cotidiano da criança, etc. Uma outra dificuldade, que contribui para esse afastamento da família, seriam os empecilhos que surgem na tarefa de rastreamento das famílias. Por vezes, segundo o que nos foi relatado pelo Auxiliar Técnico[1], uma menor é internada após ter sido encontrada na rua, e por questões variadas, geralmente burocráticas, não se realiza uma visita a comunidade de onde a menina diz vir, para se localizar a família. Passado o tempo, se a família não a procura, a menor permanece internada, seus pais ficam constando como desconhecidos e geralmente a menor esquece o lugar ao certo de onde veio, tornando muito remo

---

[1] Funcionário que anteriormente se chamava Visitador. Tem por função ir a procura das famílias das menores em suas comunidades de origem, a pedido das Assistentes Sociais.

ta a possibilidade de localização da família. (Diário de Campo, 29/10/85).

Estas práticas de separação da menor de sua família parecem ficar exemplificadas, também, no Internato, pela tática, por assim dizer, empregada no dia de visita, de "esvaziamento" da Casa. Ou seja, a interdição de internas se aproximarem dos visitantes alheios, a restrição do uso do espaço do Internato pelas famílias; a retirada de outras menores da Casa para passeios nestas ocasiões e, finalmente, a ausência significativa de funcionários hierarquicamente superiores, como Diretora, Auxiliares de Direção e técnicos, nestes dias. De modo que poderíamos dizer que a família não chega verdadeiramente a entrar no Internato.

4 - CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscamos apreender o Internato para menores, em situação dita irregular, através de duas vertentes: uma em que contextualizamos historicamente, no campo assistencial, a destinação que vem sendo dada aos prédios onde hoje funciona o Educandário; e, outra, em que buscamos apreender como o Educandário funciona na atualidade.

A primeira vertente nos permitiu retraçar, não uma história contínua, linear, mas como, através de cortes e transformações, aqueles prédios a que chamamos "a Casa" serviram a diferentes estratégias disciplinares, tendo como alvo privilegiado o controle da população e dos indivíduos.

Podemos caracterizar "a Casa" como um dispositivo — "máquina de ver"— que opera em dois sentidos: um, de invisibilidade (lugar de isolamento, retirada do social), que não permite de fora a visão de seu interior; outro, de aumento de visibilidade, permitindo o exame constante dos indivíduos que abriga. Este duplo movimento é característico do poder/saber de que nos fala Foucault.

Particularmente cumpre lembrar que este dispositivo surge, desde sempre, marcado pela articulação de dois poderes: público e técnico (inicialmente médico, gradativamente pedagógico e psicológico).

A segunda vertente permite ver o dispositivo atuando não mais como hospital ou preventório, mas internato. Nesta vertente buscamos realizar um mapeamento de diversos elementos (tanto

a nível das práticas como dos discursos) que interagem atuando sobre a criança e constituindo-a enquanto menor interna.

Através de uma estratégia que opera tanto no sentido da "massificação" quanto no da "individualização", o Internato pretende transmitir à menor regras de conduta que lhe permitam adquirir apenas uma legalidade de base, sem contudo permitir-lhe uma verdadeira profissionalização. Ou seja, ao sair do Internato, estarão disponíveis à ex-interna ocupações de status social inferiores e de baixa remuneração.

Ao longo do trabalho, várias hipóteses puderam ser construídas em consonância com as afirmações descritas acima. Primeiramente, levantamos a hipótese de que o Internato não é "casa" nem "rua" mas uma "instituição total". Diferentemente do mito difundido sobre as origens da Casa, como sendo da Princesa, as evidências empíricas encontradas, apontam para uma vinculação daqueles prédios com a formação do campo do trabalho social no Brasil. A Psicologia teria aparecido na Casa, na fase em que funcionou o Preventório, momento em que a criança e a família, e não mais o adulto doente, passaram a ser objeto de intervenção técnica (médica , pedagógica, etc.). Ao que parece, a mudança de Preventório para Educandário marca uma alteração no modo como a criança pobre será tratada, o que coincide com a implantação no País da Política de Bem-Estar do Menor: não mais criança pobre mas "menor". Todo um aparato jurídico-técnico-científico se consolida a partir de então. E, finalmente, a hipótese de que a estrutura hierárquica existente no Internato, juntamente com sua arquitetura, permitem uma vigilância constante de uns sobre os outros, o que caracterizaria um tipo de panótico de que nos fala Foucault.

Para concluir, gostaríamos de referirmo-nos a algumas questões que não foram trabalhadas neste estudo, ou que não o foram exaustivamente. Por exemplo, os primeiros tempos da Casa como Preventório e, de modo geral, toda esta fase. Também no início do Educandário como transcorreram as mudanças em seu interior após a saída de Dr. Renato Martins Silva Filho (dentre outros a uniformização dos internos por sexo e idade; a desativação da capela que existia) que mereceriam maior estudo. Além disso, fica em suspenso as motivações que levaram à "perda" de memória da instituição: Onde estão os documentos que o médico citado acima disse ter deixado em arquivo da Casa, retraçando toda sua história desde 1851? Onde estão as fotografias antigas da Casa, que tanto o informante acima como outros funcionários antigos da Casa disseram existir? Principalmente, achamos ser fundamental a investigação dos acontecimentos no período de 1975 a 1977, inclusive porque parece ter sido após a reabertura de 1977, que se difundiu o mito da Casa da Princesa e que os diretores da Casa deixaram de nela habitar com suas famílias.

Finalizando, a nosso ver, deixamos de abordar algumas questões de importância capital: a de como se vincula, ou não, o aprendizado da submissão imposto às menores no Internato ao fato de serem elas do sexo feminino; e a dos discursos e práticas dos técnicos frente às famílias das menores.

5 - *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

ARANTES, E.M. 1983. O menor, sua institucionalização e medicalização. Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia da PUC. mimeogr.

AUGRAS, M. 1981. O ser da compreensão; fenomenologia da situação de psicodiagnóstico. 2 ed. Petrópolis, Vozes.

BASILIO, L.C. 1985. O menor e a ideologia da segurança nacional. Belo Horizonte, Novo Espaço.

BRASIL. Leis, decretos, etc. 1853, Decreto nº 1.103 de 3 de janeiro de 1853. Funda no porto da cidade do Rio de Janeiro hum hospital com a denominação de Hospital Marítimo de Santa Izabel. Colleção das Leis do Imperio do Brasil, Tomo 16, parte 2a., secção 1a.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Imperio. Hospital da Jurujuba. 1857. (Relatório do Diretor do Hospital, Dr. Francisco de Paula Candido ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, pasta IS^3-12, doc 647/57).

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império, Hospital da Jurujuba. 1857. (Relatório do Diretor do Hospital, Dr. Francisco de Paula Candido ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, pasta IS^3 - 12 doc 624/57).

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Hospital da Jurujuba. 1857. (Relatório do Diretor do Hospital, Dr. Francisco de Paula Candido ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império, Arquivo Nacional, pasta IS^3 - 12 doc 104/57).

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Hospital Marítimo - Santa Izabel. 1859. (Relatório do Diretor do Hospital, capitão de Fragata Dr. Noronha Torrezão, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, pasta IS^3 - 14 doc 4281/59).

BRASIL. Leis, decretos, etc. 1894. Decreto nº 1647 de 12 de Janeiro de 1894. Providência sobre o Instituto Sanitário Federal e dá-lhe regulamento. Rio de Janeiro, Actos do Poder Executivo, .

BRASIL. Leis, decretos, etc. 1934. Decreto nº 24814 de 14 de julho de 1934. Estabelece, na conformidade do decreto nº 24438, de 21 de junho ultimo, o plano geral dos serviços de saúde pública e assistencia medico-social e dá outras providências, sem augmento da despesa. DO, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1934.

BRASIL. Leis, decretos, etc. 1939. Decreto-Lei nº 1860 de 12 de dezembro de 1939. Transfere ao Estado do Rio de Janeiro o Preventório Paula Candido. Atos do Poder Executivo, Leis de 1939. v. 8.

CASTEL, R. 1978. A ordem psiquiátrica; idade do ouro do alienismo. Rio de Janeiro, Graal.

CODIGO de Menores. 1984. Lei nº 6.697/79: comparações, anotações, histórico, informações. Brasília, Senado Federal.

COSTA, A.C.G. (s/d). Cidadania ou barbárie; infância e adolescência marginalizados, violência urbana e transição democrática. Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Educação.

COSTA, J.F. 1983. Ordem médica e norma familiar. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal.

DIAS, F.A. 1981. Código de Menores. Rio de Janeiro, Liber Juris.

DONZELOT, J. 1972. Travail social et lutte politique. Esprit. (4/5): 654-676. avr.-mar. 1972.

————: 1980. A polícia das famílias. Rio de Janeiro, Graal.

FEEM/RJ. (s/d). Educandário Paula Candido. (folheto).

FISHER, R.M.R. 1980. Meninos de rua; expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo. IBREX. (Pesquisa realizada pela CEDEC para a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, fev-mar. 1979).

FERNANDES, F. 1986. Os desenraizados. Folha de São Paulo. 21 agô. 1º caderno p. 3.

FIGUEIREDO, D.J. 1986. Depoimento sobre o seu desempenho como Assistente Social do Hosp. Est. Ari Parreiras relativo ao internamento de menores, filhos de tuberculosos, no Preventório Paula Candido. Comunicação Pessoal. (Rua Baronesa, 27. Fonseca, Niterói.)

FOUCAULT, M. 1977. Vigiar e punir; história da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes.

————. 1984. Microfísica do poder. 4. ed. Rio de Janeiro, Graal.

————. 1980. História da sexualidade; a vontade de saber. 3. ed. Rio de Janeiro, Graal.

GOFFMAN, E. 1974. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo, Perspectiva.

KRAMER, S. 1984. A política do pré-escolar no Brasil; a arte do disfarce. Rio de Janeiro, Achiamé.

MACHADO, R. et alii. 1978. Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, Graal.

MATTA, R. da. 1981. Carnavais malandros e heróis. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar.

PASSETTI, E. 1985. O que é o menor. São Paulo, Brasiliense.

QUEIROZ, J.J. (org.). 1984. O mundo do menor infrator. São Paulo, Cortez.

REZENDE, João Batista. 1986. Acerca do surgimento do hospital. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (tese de mestrado).

RIO DE JANEIRO. (Estado) 1986, Decreto nº 13.204, de 8 de março de 1986. Institue a Fundação Fluminense do Bem-Estar do Menor. FLUBEM, regido por estatuto anexo ao decreto. - Niterói,

————. 1975. Decreto Lei nº 42 de 24 de março de 1975. Autoriza a criação da Fundação Estadual de Educação do Menor e dá outras providências. DORJ I e BOE de 26.03.75.

————. 1975. Decreto nº 293 de 6 de agosto de 1975. Aprova os estatutos da Fundação Estadual de Educação do Menor do Estado do Rio de Janeiro (FEEM-RJ) e dá outras providências. Legislação do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1 (2)::369-778, jul-dez. 1975.

SARDINHA, J.J.S. 1916. Hygienne publica; apontamentos para a historia da repartição de saude do Porto do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional.

SILVA FILHO, R.M. 1986. Depoimento sobre sua gestão como diretor do Preventório/Educandário Paula Candido. 1955-69. (Av. Amaral Peixoto, 455/401. Niterói).

VIOLANTE, M.L. 1984. O dilema do decente malandro; a questão da identidade do menor. 3a. ed. rev. São Paulo,Cortez.

MOTTA, F.P. 1981. O que é burocracia. 8a. ed. São Paulo, Brasiliense.

6 - BIBLIOGRAFIA

ARAGÃO, L.T. 1983. Em nome da mãe. In Perspectivas Antropológicas da mulher. 3. Rio de Janeiro, Zahar.

ARIÈS, P. 1981. A história social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar.

ARIÈS, P. 1981. A família e a cidade. In: FIGUEIRA, S.A. & VELHO, G. Família, Psicologia e Sociedade. Rio de Janeiro, CAMPUS.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade, tratado de sociologia do conhecimento. 5 ed. Petrópolis, Vozes, 1983. 247 p. (Antropologia v. 5).

BOLTANSKY, L. 1977. Prime education et morale de classe, 2a. ed. Paris, Mouton. (Cahier du Centre de Sociologie Européenne, 5).

BRANDÃO, C.R. 1986. O que é a educação. 17a. ed. São Paulo, Brasiliense.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Hospital da Jurujuba. 1851-1855. (Ofícios e documentos diversos. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, pasta IS^3 11).

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Hospital da Jurujuba. 1857. (Ofícios e documentos diversos. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, pasta IS^3 12).

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Hospital Marítimo de Santa Izabel. 1856. (Ofícios e documentos diversos, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, pasta IS^{3}-13).

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Hospital Marítimo de Santa Izabel. 1859. (Ofícios e documentos diversos, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, pasta IS^{3}-14).

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Hospital Marítimo de Santa Izabel. 1860. (Ofícios e documentos diversos, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, pasta IS^{3}-15).

CAMPOS, A.V.D.S. 1984. O menor institucionalizado; um desafio para a sociedade. Petrópolis, Vozes.

CHABROL, C. 1981. Réflexions sur des discours de travailleurs sociaux. Connexions 33 (81): 149-159.

CHENIAUX, S. 1982. Trapaceados e trapaceiros; o menor de rua e Serviço Social. São Paulo, Cortez.

DE LA GORCE, F. 1979. L'enfant du Quart Monde; une destinée qui doit changer. Revue Françaises des Affaires Sociales . 33(2): 41-64, apr.-juin.

DOMENACH, J.M. 1972. Table ronde. Esprit, Nouvelle Serie. (4/5): 678-703. avr.-mai.

DURHAM, E.R. 1983. Familia e reprodução humana. In: Perspectivas Antropológicas da Mulher, 3. Rio de Janeiro, Zahar.

ECO, H. 1983. Como se faz uma tese. São Paulo, Perspectiva.

FERNANDES, E. 1972. A ideologia da política Nacional do Bem-Estar do Menor. Brasil Jovem, (.): 44-49, agô-out.

FOUCAULT, M. 1979. A verdade e as formas jurídicas. 4a. ed. Rio de Janeiro, PUC-CTCH.

————. 1980. O nascimento da clínica. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MENOR. Educandario Paula Cândido, Niterói, 6 p. mimeo.

FUNABEM. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem 20 anos. Rio de Janeiro, Coordenadoria de Comunicação Social, 1984. 429 p.

LOPES, Eunice de Farias et alii. 1980. Redação de referências bibliográficas segundo a NB-66 para trabalhos técnicos científicos da Escola de Veterinária da UFMG. Belo Horizonte, Biblioteca da Escola de Veterinária.

MÉRIGNAS, Michel. Travail social et structures de classe; a propos de "La Police des familles" de J. Donzelot. Critiques d'Economie Politique. avr./jun. 1978. (Nouvelle Serie 3).

OLIVEIRA, Francisco de. 1977. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Graal. (Biblioteca econômica 1).

RAGO, M. 1985. Do cabaré ao bar; a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 6.125 de 19 de setembro de 1968 Art. 1º; abertura de crédito especial destinado a atender as despesas de instalação e funcionamento da Fundação Fluminense do Bem-Estar do Menor, Niterói , DO, 20 de setembro de 1968.

VEYNE, P.M. s/d. Foucault revoluciona a história. In _____. Veyne, P.M. Como se escreve a história. p. 151-198. (cópia do capítulo).

WEHRS, Carlos. 1984. Niterói: cidade sorriso, a história de um lugar. Rio de Janeiro.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ fazendo parte da banca examinadora, os seguintes professores:

Esther Maria de Magalhães Arantes
Orientadora-PUC/RJ

Circe Vital Brazil
PUC/RJ

Maria Helena Novaes Mira
PUC/RJ

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro,

Vera Maria Ferrão Candau
Coordenadora dos Programas de Pós-Graduação - Centro de Teologia e Ciências Humanas